

Fazenda promete déficit menor em 2023, mas dívida sobe até o fim do governo Lula

Oito dias após estimar um déficit de R\$ 107,6 bilhões para este ano, a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu reduzir esse rombo à metade, para algo próximo de R\$ 50 bilhões o equivalente a 0,5% do PIB, mas ainda não detalhou como isso será feito.

A sinalização foi dada pelo Ministério da Fazenda ao apresentar a proposta de nova regra fiscal, que permitirá a alta real de gastos e conta com um impulso na arrecadação para conseguir melhorar a trajetória das contas públicas.

O dado indica que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, almeja um ajuste mais ambicioso do que vinha sendo sinalizado até então, que era um rombo de

até 1% do PIB neste ano. Os detalhes, porém, tendem a ser analisados com lupa pelos economistas, que já colocavam dúvidas sobre a capacidade do governo de reduzir o déficit a 1% do PIB.

A estimativa divulgada na semana passada foi obtida graças a uma manobra para excluir do Orçamento a previsão de alta de R\$ 4,5 bilhões nos gastos devido ao novo reajuste do salário mínimo, de R\$ 1.302 para R\$ 1.320.

Além disso, o Banco Central, órgão responsável pelas estatísticas oficiais de finanças públicas (incluindo o resultado primário), discorda do governo e não considera como receita primária os R\$ 26 bilhões resgatados de contas abandonadas do Fundo PIS/Pasep. Ou seja, o rombo

oficial já é pelo menos R\$ 26 bilhões maior do que o estimado pela equipe de Haddad.

Em entrevista coletiva na quinta (30), o ministro disse que anuncia na próxima semana um novo pacote com medidas para elevar a arrecadação do governo de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões. Sem dar muitos detalhes, ele disse que a ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores e empresas que, por falta de regras, hoje não pagam, como o segmento de apostas eletrônicas. No novo arcabouço fiscal proposto pelo governo, a meta fiscal terá bandas de flutuação. Nesse desenho, a nova meta de 0,5% do PIB para este ano teria um intervalo de 0,25 ponto percentual para mais ou menos. Folhapress



Economia



Governo quer arrecadar mais R\$ 150 bi com revisão de benefícios e taxaço de novos setores

Página - 03

Gastos federais com saúde, educação e emendas poderão crescer acima de demais despesas

Página - 03



Visa faz oferta de US\$ 1,4 bilhão pela Pismo

Página - 23

BRMalls e Aliance Sonae criam um gigante em shoppings. Mas o apetite ainda não acabou

Página - 23



Política

Senado recusa proposta de Lira para novo formato de comissões que analisam MPs

Página - 04

Bolsonaro assumirá função de presidente de honra do PL e terá renda mensal de R\$ 86,5 mil

Página - 04

No Mundo

Brasil deixa de assinar declaração contra Rússia em Cúpula da Democracia



O Brasil não assinou a declaração final da segunda edição da Cúpula da Democracia, evento promovido pelo governo Joe Biden e organizado em conjunto com Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia.

O texto traz uma série de críticas à invasão da Ucrânia pela Rússia, que já dura mais de 13 meses. “Lamentamos as terríveis consequências humanitárias e de direitos humanos da agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra infraestrutura crítica em toda a Ucrânia com consequências devastadoras para os civis, e expressamos

nossa grande preocupação com o alto número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, o número de deslocados internos e refugiados que precisam de assistência humanitária, e violações e abusos cometidos contra crianças”, diz o documento.

A declaração levanta ainda preocupações com o impacto da guerra em áreas como segurança alimentar e energética, proteção nuclear e meio ambiente. “Exigimos que a Rússia retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia e pedimos o fim das hostilidades”, continua o texto, pedindo responsabilização

por crimes que violam o direito internacional.

Ao todo, 76 países assinaram o comunicado, 16 deles apontando discordâncias. Três países signatários, por exemplo, não concordam integralmente com o parágrafo que cita a Rússia: Índia (membro do Brics), Armênia e México.

A avaliação do governo brasileiro foi a de que o fórum adequado para discutir o tema seria a Organização das Nações Unidas, e não a Cúpula da Democracia, evento capitaneado por Washington, muito envolvido na guerra, segundo diplomatas ouvidos pela reportagem.

Thiago Amâncio/Folhapress

Protestos não vão impedir reformas na França, diz Macron

As manifestações que têm tomado as ruas da França não vão impedir a reforma da Previdência e outras mudanças políticas, afirmou o presidente Emmanuel Macron na quinta (30). “Protestos são normais”, disse ele, mas “nada justifica a violência em uma sociedade democrática.”

O país europeu convive com uma série de greves e outras formas de manifestação desde janeiro, quando a primeira-ministra Elisabeth Borne apresentou um projeto com novas regras para Previdência, que, entre outras medidas, aumenta a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos.

Na última terça-feira (28), os protestos reuniram em torno de 750 mil pessoas em cerca de 200 cidades, segundo o Ministério do Interior.

Na quinta passada (23), havia cerca de 1 milhão nas ruas.

Na quinta, Macron foi recebido em Savines-le-Lac, nos Alpes, por dezenas de manifestantes indignados com as mudanças na aposentadoria. Um dos cartazes exibidos no protesto pedia a renúncia do presidente; em outro, lia-se: “Pegue sua aposentadoria, não a nossa”. Segundo a mídia local, dois manifestantes foram presos. Nos últimos dias, os protestos foram marcados pela presença de um grande efetivo policial, ação adotada depois da escalada de violência com incêndios e depredação nas manifestações da semana passada. Em Paris, grandes símbolos da cultura francesa, como a Torre Eiffel, o Arco do Triunfo e o Palácio de Versalhes, chegaram a ser fechados.

Folhapress



Novo premiê da Escócia é 1º não branco e muçulmano no cargo



Menos de seis meses depois de o conservador de ascendência indiana Rishi Sunak ser eleito premiê do Reino Unido nação formada pelos países da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, chegou a vez do descendente de paquistaneses Humza Yousaf assumir a chefia do governo da Escócia.

Yousaf, 37, foi empossado nesta quarta-feira (29), em uma tradicional cerimônia escocesa quebrada pelo ineditismo de ele ser o primeiro homem não branco a assumir o cargo assim como havia sido o caso de Sunak no ano passado. O novo primeiro-minis-

tro escocês também carrega o título de primeiro muçulmano a se tornar líder de uma nação ocidental. Na cerimônia, ele vestia um traje típico do Sudoeste Asiático chamado shalwar kameez. Sua esposa, ao lado dos filhos do casal, chorou no início do evento.

Yousaf jurou lealdade ao rei Charles 3º na cerimônia, cumprindo mais uma formalidade do ritual obrigatório. Ele chega ao cargo carregando a bandeira da independência da Escócia, interrompendo uma união política que sempre pendeu mais para o lado inglês que já dura três séculos. Também pretende levar seu país de volta à União

Europeia, à revelia do Reino Unido e seu brexit.

“Seremos a geração que entregará a independência da Escócia”, disse ele na segunda-feira (27), no discurso de vitória da eleição como líder do social-democrata Partido Nacional Escocês (SNP), o maior do país. “Onde há divisões para curar, devemos fazê-lo rapidamente porque temos um trabalho a fazer.”

Ele anunciou um gabinete com seis mulheres e três homens, aliados próximos da ex-líder Nicola Sturgeon, que renunciou no mês passado. Do mesmo partido, ela era a primeira-ministra desde 2014.

Ivan Finoti/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo quer arrecadar mais R\$ 150 bi com revisão de benefícios e taxação de novos setores



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (30) que apresentará um pacote de medidas para elevar a arrecadação federal entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões por ano. Isso, segundo o ministro, vai viabilizar o alcance dos resultados das contas públicas anunciados pela equipe econômica.

Ele afirmou que a ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores e empresas que, por falta de regras, hoje não pagam, como as apostas eletrônicas.

“Nós temos muitos setores que estão demasiadamente favorecidos e que [esses

benefícios] não foram revisados”, disse Haddad.

“Temos um conjunto de medidas saneadoras, entre R\$ 100 [bilhões] e R\$ 150 bilhões até o fim do ano. Virão novas medidas na mesma direção que vão cobrir o buraco herdado da administração anterior, mas dando foco no crescimento”, completou.

Segundo o ministro, a expectativa é que as propostas de receita comecem a ser apresentadas ao Congresso na segunda semana de abril.

Pelo cronograma do Ministério da Fazenda, o projeto que cria o novo arcabouço fiscal deve ser entregue ao Congresso na próxima semana. O pacote de medidas

arrecadatórias deve ser apresentado na semana posterior.

Haddad declarou que a taxação do setor de apostas eletrônicas é apenas um exemplo. “De uma lista extensa de benefícios indevidos, de fraudes, que vão ser revistas para fechar os ralos do que chamamos de patrimonialismo brasileiro”, afirmou.

O ministro ressaltou que o pacote “não vai penalizar absolutamente ninguém que está com seus tributos em dia”.

Ele afirmou ainda que o governo vai “ter uma atuação forte” no STF em relação a julgamentos que são importantes para a recomposição da base fiscal do país.

Idiana Tomazeli/Folhapress

Gastos federais com saúde, educação e emendas poderão crescer acima de demais despesas

A nova regra fiscal apresentada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta quinta (30) permitirá que algumas despesas possam crescer acima de outros gastos.

É o caso dos recursos para saúde, educação e emendas parlamentares. Essas despesas são corrigidas por fórmulas previstas na Constituição e que são vinculadas à receita.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar na próxima semana um projeto de lei complementar com a proposta de nova regra fiscal, que substitui o teto de gastos. O modelo atual limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior -desenho visto como muito rígido pela atual gestão.

Portanto, a proposta de Haddad não pode modificar a Constituição. O governo,

por isso, continuará cumprindo os valores mínimos a serem destinados à saúde, educação e emendas.

O reajuste de forma individualizada para esses três grupos de despesas poderá pressionar o aumento dos demais gastos, porque a proposta de Haddad prevê um percentual de expansão geral das despesas públicas.

Se, de acordo com a Constituição, a ampliação das despesas de saúde, educação e emendas ficar acima dessa média, outros gastos precisarão ter reajuste menor para que o governo cumpra a nova regra fiscal. “Se ele continuar vinculado à receita, que é uma escolha da sociedade e política, significa que as outras áreas, que não são saúde e educação, precisam crescer menos”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Thiago Resende/Folhapress



Impacto de nova regra fiscal sobre juros ainda será avaliado, diz BC



O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o novo arcabouço fiscal, apresentado na quinta-feira (30) pelo Ministério da Fazenda, não afeta diretamente a política monetária do país, mas pode alterar as expectativas de mercado, fator que impacta a decisão do BC sobre os juros.

Segundo Campo Neto, o processo de decisão do BC não tem nenhum “componente político” e a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano foi técnica.

O Banco Central divulgou hoje o seu Relatório de Inflação, seguido de coletiva de imprensa com o presidente do BC.

Questionado sobre o novo arcabouço, Campos Neto disse que o Banco Central ainda não teve acesso a todos os parâmetros da medida, mas que vai analisar o que foi anunciado. “O importante para a gente é como incorporar isso nas nossas projeções. Não fazemos [política] fiscal, não é um trabalho do BC. Incorporamos o fiscal nas nossas expectativas, na função e reação que o BC tem. Lembrando que temos um regime que se baseia em câmbio flutuante, em um sistema de meta e que tem âncora fiscal”, explicou.

Na ata do Copom divulgada esta semana, o BC reforçou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apre-

sentação do arcabouço fiscal, pois a primeira reage às expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos. Por outro lado, destacou também que “um arcabouço fiscal sólido e crível” pode ajudar no processo de desinflação.

“O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos”, diz o documento.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Senado recusa proposta de Lira para novo formato de comissões que analisam MPs



Após reunião entre os líderes do Senado na manhã de quinta-feira (30), o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que foi recusada a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que as comissões mistas para apreciação de medidas provisórias tivessem três deputados para cada senador.

Segundo Pacheco, a ideia é que as comissões mistas para se debruçar sobre as MPs apresentadas pelo governo Lula sejam instaladas já na próxima semana.

“Nenhum líder apoiou essa ideia. Então não é possível de nossa parte concordar com essa ideia de uma alteração do regimento que estabelece o mesmo número

de senadores e deputados nas comissões mistas, à exceção é a comissão mista de orçamento”, afirmou.

“Esse ponto específico eu creio que seja um ponto de difícil construção e de acordo. O Senado não concorda com essa alteração que desequilibra o bicameralismo”, completou.

Já a proposta de Lira para estabelecer de um limite de tempo em cada etapa da apreciação das MPs comissão mista, Câmara e Senado é vista com bons olhos pelos senadores, que já reivindicavam essa alteração.

“É algo que nós podemos construir, porque é o nosso pensamento também, ter uma delimitação de prazo nessas instâncias”, afirmou.

Pacheco disse que aguarda a indicação dos partidos para composição das comissões mistas que vão apreciar as MPs enviadas pelo governo Lula. Caso não haja indicação, estes membros serão designados.

Assim, “a ideia” é que elas sejam instaladas já na semana que vem. “Faremos no decorrer de abril um esforço muito grande para o funcionamento dessas comissões mistas”, afirmou.

Segundo ele, a conversão de algumas medidas provisórias em projetos de lei depende do governo. Pacheco, porém, afirmou que as matérias irão avançar independente do formato. “Esse é o caminho da Constituição”.

João Gabriel/Folhapress

Bolsonaro assumirá função de presidente de honra do PL e terá renda mensal de R\$ 86,5 mil



Depois de três meses no exterior, Jair Bolsonaro (PL) deve começar a despachar como presidente de honra do PL na próxima semana, num escritório ao lado da sede nacional do partido. Pela função, ele deve receber da sigla um salário de R\$ 39.293 valor que se soma às pensões como militar e deputado e que eleva sua renda mensal para quase R\$ 86,5 mil.

Bolsonaro embarcou nos EUA no fim da noite de quarta (29) e chegou a Brasília na manhã de quinta (30). Ele havia deixado o Brasil antes do final do seu mandato para não entregar a faixa ao seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Na semana que vem,

Bolsonaro diz que não há motivos para TSE torná-lo inelegível

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou na quinta-feira (30) que não há motivos para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) torná-lo inelegível ao julgar a série de ações que tramitam contra ele.

Bolsonaro retornou ao Brasil após 89 dias nos Estados Unidos. Ele partiu pouco antes do término do seu mandato presidencial, rompendo assim a tradição de passar a faixa para seu sucessor, que simboliza a transmissão de poder.

Em seu retorno, o ex-presidente vai precisar enfrentar uma série de investigações e ações na Justiça que podem torná-lo inelegível ou até acusado em processos criminais.

O ex-presidente chegou na manhã desta quinta no aeroporto internacional de Brasília e depois seguiu direto para a sede do PL, onde en-

controu a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e correligionários.

O presidente cumprimentou apoiadores, mas não quis conversar com jornalistas que estavam em frente ao complexo de torres no centro de Brasília. No entanto, concedeu entrevista para a Jovem Pan e foi questionado sobre as ações no TSE.

“A questão do Tribunal Superior Eleitoral os advogados do partido estão tratando. Não vejo materialidade em nada. A ação mais forte contra mim é uma reunião que fiz com embaixadores em meados do ano passado. Não vejo motivo para me julgar inelegível por causa disso”, afirmou o ex-mandatário.

No TSE, das 16 ações que tramitam contra Bolsonaro, duas têm como alvo principal os ataques ao processo eleitoral e às urnas.

Renato Machado/Folhapress



Jair Bolsonaro assume formalmente a função de presidente de honra do Partido Liberal e deverá despachar normalmente em seu escritório”, afirmou o PL em nota.

Com o salário do partido, pago a partir de abril, Bolsonaro passará a ter um rendimento mensal de quase R\$ 86,5 mil. Isso porque ele também recebe R\$ 11.945 como militar reformado e R\$ 35.223 de aposentadoria parlamentar. Ele foi deputado por quase 30 anos.

Nas negociações para que Bolsonaro fosse presidente de honra do PL, discutiu-se a possibilidade de o partido arcar com as despesas da casa alugada pelo ex-presidente em um condomínio no Jardim Botânico, região com casas de alta renda em Brasília.

A hipótese, no entanto, não se concretizou. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e suas filhas Letícia e Laura já se mudaram para o imóvel.

Michelle tornou-se presidente do PL Mulher. Ela despacha numa sala ao lado da reservada a Bolsonaro e recebe da sigla salário de cerca de R\$ 33 mil.

Em dezembro, Bolsonaro viajou à Flórida para evitar participar da posse de Lula e transmitir ao petista a faixa presidencial, um ato simbólico que marca a transferência de poder de um mandatário para outro. Agora, retorna sob a expectativa de assumir a posição de líder da oposição a Lula.

O PL organizou um evento para recebê-lo na sede do partido.

Marianna Holanda/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

stone

STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	31.273.428	27.419.420	Circulante	33.309.840	30.576.820
Caixa e equivalentes de caixa	377.004	1.126.454	Depósitos e demais instrumentos financeiros	32.798.168	30.330.029
Disponibilidades	377.004	1.116.296	Depósitos	3.373.855	1.485.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	10.158	Instrumentos financeiros derivativos	-	58
Instrumentos financeiros	30.605.208	25.961.360	Obrigações por empréstimos	1.785.967	2.507.635
Títulos e valores mobiliários	9.711.065	6.318.543	Contas a pagar a estabelecimentos	18.892.170	16.054.088
Instrumentos financeiros derivativos	191	-	Obrigações vinculadas a cessão	1.098.758	2.327.225
Contas a receber de emissores	15.143.334	14.623.500	Outros passivos diversos	7.647.418	7.955.234
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	5.483.419	4.661.058	Outras obrigações	511.672	246.791
Depósitos no Banco Central	145.127	233.430	Obrigações sociais e estatutárias	164.430	48.177
Rendas a receber	131.617	124.015	Obrigações para pagamentos a efetuar	272.505	167.323
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(51.821)	(36.768)	Impostos e contribuições a recolher	57.657	28.431
Outros ativos diversos	42.276	37.582	Outros passivos diversos	17.080	2.860
Outros créditos	291.216	331.606	Não circulante	217.690	747.219
Despesas antecipadas	162.644	96.749	Instrumentos financeiros	-	593.033
Impostos e contribuições a compensar	36.420	70.590	Obrigações por empréstimos	-	589.345
Imposto de renda a recuperar	48.061	60.316	Outros passivos diversos	-	3.688
Outros ativos diversos	44.091	103.951	Outras obrigações	217.690	154.186
Não circulante	3.517.962	5.100.705	Provisão para pagamentos a efetuar	24.795	27.217
Realizável a longo prazo	896.708	729.732	Obrigações fiscais diferidas	147.203	106.771
Instrumentos financeiros	282.985	35.317	Provisão para contingências	21.540	6.962
Contas a receber de emissores	54.334	-	Outros passivos diversos	24.152	13.236
Rendas a receber	21.356	35.317	Patrimônio líquido	1.263.860	1.196.086
Outros ativos diversos	207.295	-	Capital social	869.445	869.445
Outros créditos	613.723	694.415	Reserva de capital	263.209	195.212
Despesas antecipadas	118.660	155.563	Reserva de lucros	249.864	250.087
Ativos fiscais diferidos	473.527	324.095	Outros resultados abrangentes	(118.658)	(118.658)
Outros ativos diversos	21.536	214.757	Investimentos	1.705.792	3.379.231
Participações em coligadas e controladas	1.690.640	3.360.462	Ágio na aquisição de investimentos	15.152	18.769
Ágio na aquisição de investimentos	15.152	18.769	Imobilizado de uso	739.523	832.966
Imobilizado de uso	739.523	832.966	Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.360.151	1.267.361
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.360.151	1.267.361	(-) Depreciação acumulada	(620.628)	(434.395)
(-) Depreciação acumulada	(620.628)	(434.395)	Intangível	175.939	158.776
Intangível	175.939	158.776	Ativos intangíveis	301.111	237.449
Ativos intangíveis	301.111	237.449	(-) Amortização acumulada	(125.172)	(78.673)
(-) Amortização acumulada	(125.172)	(78.673)	Total do Ativo	34.791.390	32.520.125
Total do Ativo	34.791.390	32.520.125	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	34.791.390	32.520.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	869.445	87.011	431.202	(120.170)	-	1.267.488
Pagamento baseado em ações	-	102.902	-	-	102.902	102.902
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	-	5.299	-	-	-	5.299
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	-	-	-	1.512	-	1.512
Dividendos adicionais	-	-	(4.746)	-	-	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)	-	-	(31.222)	-	-	(31.222)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(145.147)	(145.147)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(145.147)	-	145.147	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	869.445	195.212	250.087	(118.658)	-	1.196.086
Saldo em 30 de junho de 2022	869.445	260.814	166.734	(118.658)	-	1.178.335
Pagamento baseado em ações	-	(7.258)	-	-	-	(7.258)
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	-	9.653	-	-	-	9.653
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	83.130	83.130
Destinação do lucro líquido do semestre:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	83.130	-	(83.130)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	869.445	263.209	249.864	(118.658)	-	1.263.860
Saldo em 31 de dezembro de 2021	869.445	195.212	250.087	(118.658)	-	1.196.086
Pagamento baseado em ações	-	50.768	-	-	-	50.768
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	-	17.229	-	-	-	17.229
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(223)	(223)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(223)	-	223	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	869.445	263.209	249.864	(118.658)	-	1.263.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021
Receitas operacionais	2.164.192	4.078.994	2.271.065
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	716.663	1.372.805	1.171.987
Receita líquida de aluguel de equipamentos	192.458	423.236	413.747
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.255.071	2.282.953	685.331
Resultado bruto da intermediação financeira	(763.611)	(1.575.916)	(364.618)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	830.914	1.436.646	666.423
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.373)	(4.688)	(1.779)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.458.191)	(2.696.652)	(909.945)
Despesas com operações de empréstimos	(134.961)	(311.222)	(119.317)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.527.875)	(2.859.155)	(2.343.014)
Custo dos serviços prestados	(306.407)	(567.575)	(560.011)
Despesas de pessoal	(682.958)	(1.210.971)	(896.785)
Despesas administrativas	(274.389)	(447.807)	(380.212)
Depreciação e amortização	(172.957)	(355.468)	(270.030)
Despesas de provisões	(38.622)	(66.383)	(53.324)
Outras receitas operacionais	18.436	29.522	14.089
Outras despesas operacionais	(70.978)	(240.473)	(196.751)
Resultado operacional	(127.294)	(356.077)	(436.567)
Resultado de participação em controladas e coligadas	183.050	252.668	233.628
Resultado não operacional	2.913	14.545	(10.491)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	58.669	(88.864)	(213.430)
Imposto de renda e contribuição social	24.461	116.292	156.848
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.975	6.975	25.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.486	109.317	130.854
Participações no lucro	-	(27.651)	(88.565)
Lucro líquido/(prejuízo) do período	83.130	(223)	(145.147)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação (R\$)	0,5340	(0,0014)	(0,9324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021
Lucro líquido/(prejuízo) do período	83.130	(223)	(145.147)
Outros resultados abrangentes	-	-	1.512
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	1.512
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	-	-	2.291
Efeito tributário sobre item acima	-	-	(779)
Resultado abrangente do período	83.130	(223)	(143.635)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	83.130	(223)	(145.147)	100.277	(86.353)	(306.777)	1.419.600	1.419.600	(943.335)		
Ajustes ao lucro líquido:	(608.771)	(875.089)	(361.281)	4.645	(28.992)	(206.238)	Caixa líquido das atividades de investimento	1.379.262	1.089.535	(1.641.703)	
Depreciação e amortização	172.957	355.468	270.030	2.572.214	441.788	6.149.316	Captação de empréstimos	749.994	3.499.986	9.222.986	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.486)	(109.317)	(130.854)	91.636	116.253	(33.356)	Pagamento de empréstimos	(1.005.652)	(4.603.401)	(6.991.959)	
Resultado de participação em controladas e coligadas	(183.050)	(252.668)	(233.628)	142.106	167.566	21.327	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	(122.607)	
Receitas financeiras, líquidas	(671.027)	(1.066.083)	(520.779)	(667.988)	(1.228.467)	(2.836.553)	Caixa líquido das atividades de financiamento	(255.658)	(1.103.415)	2.108.420	
Provisão para contingências	17.345	19.555	8.386	112.363	321.702	(478.723)	Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa	(3.179)	(3.617)	940	
Provisão para perdas operacionais	21.277	46.828	44.938	Juros pagos e cessão de recebíveis	(3.131.232)	(3.217.864)	(952.752)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	269.695	(749.450)	(142.300)
Perda na baixa e alienação de bens	58.280	80.609	99.409	Imposto de renda e contribuição social pagos	(66)	(1.934)	(21.771)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	107.309	1.126.454	1.268.754
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos	191	(249)	(1.685)	Caixa líquido das atividades operacionais	(850.730)	(731.953)	(609.957)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	377.004	377.004	1.126.454
Pagamento baseado em ações	(7.258)	50.768	102.902	Aquisição de imobilizado	6.376	(257.525)	(579.027)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	269.695	(749.450)	(142.300)
Variáveis nos ativos e passivos	(325.089)	143.359	(103.529)	Valor recebido pela venda de imobilizado	16.477	53.394	96				
Títulos e valores mobiliários	(487.670)	(45.509)	196.146	Aquisição de ativos intangíveis	(47.824)	(109.824)	(119.437)				
Contas a receber de emissores	(1.460.337)	1.888.939	(3.061.212)	Aquisição de Investimento	(15.367)	(15.367)	-				
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	(170.473)	(586.424)	789.906	Aquisição de subsidiária	-	(743)	-				
Rendas a receber	12.299	6.359	(38.225)								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

A DIRETORIA

CONTADOR

Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto - CRC 1SP 266.728/O-8

As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente, encontram-se à disposição dos interessados na versão digital do jornal.

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site: www.datamercantil.com

Publicidade Legal

MNL S.A.

CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas, Mensagem da Administração: A MNL S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. • Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais. • No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de aquisição e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil. • Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. • Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de

seu participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNL continua gerando resultado financeiro positivo. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 891,9 milhões, apresentando uma redução de 57,87% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.541,3 milhões. Essa variação é reflexo da redução na participação das cotas no FIDC TAPSO em 2022, que impactam o grupo contábil de aplicações financeiras e resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 864,2 milhões, representando uma redução de 56,82% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.521,0 milhões. Essa variação é reflexo principalmente da redução de capital social no valor de R\$ 800 milhões no período. • No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 140,8 milhões, representando um aumento de 10,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 127,6 milhões. O aumento

é explicado por um resultado financeiro maior, motivado pelo aumento na taxa básica de juros econômica. • **Declaração da Diretoria e Conselho da administração:** Em conformidade com o inciso VI do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 os diretores e o conselho da administração da MNL declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. • **Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022		31/12/2021		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022		31/12/2021	
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	28.205	229.703			Fornecedores	163	237		
Aplicações financeiras	844.624	1.261.846			Empréstimos e financiamentos	247	-		
Tributos a recuperar	1.262	7.890			Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10.272	5.851		
Outros créditos	104	105			Dividendos a pagar	1.337	1.212		
Total do ativo circulante	874.195	1.499.544			Obrigações tributárias	4.031	2.954		
					Outras contas a pagar	105	96		
Ativo não circulante					Total do passivo circulante	16.155	10.350		
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	1.976			Passivo não circulante				
Outros créditos	82	84			Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.485	725		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.019	39.557			Empréstimos e financiamentos	44	-		
Imobilizado líquido	320	107			Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	8.238		
Total do ativo não circulante	17.703	41.724			Provisão para contingências	303	921		
					Total do passivo não circulante	11.499	9.884		
Total do ativo	891.898	1.541.268			Patrimônio líquido				
					Capital social	524.653	1.324.653		
					Reserva de capital	10.888	7.098		
					Reserva de lucros	328.703	189.283		
					Total do patrimônio líquido	864.244	1.521.034		
					Total do passivo e patrimônio líquido	891.898	1.541.268		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros acumulados		
		2.024.653	5.122	25.960	36.914	-	-	2.092.649
Pagamento baseado em ações	-	-	1.976	-	-	-	-	1.976
Redução de capital social	(700.000)	-	-	-	-	-	-	(700.000)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	127.621	127.621	-
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Constituição da Reserva legal	-	-	-	6.381	-	(6.381)	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.212)	(1.212)	-
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	-	-	(120.028)	(120.028)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.324.653	7.098	32.341	156.942	-	-	1.521.034
Pagamento baseado em ações	14	-	3.790	-	-	-	-	3.790
Redução capital social	11 a)	(800.000)	-	-	-	-	-	(800.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	140.757	140.757	-
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Constituição da Reserva legal	11 c)	-	-	7.038	-	(7.038)	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11 e)	-	-	-	-	(1.337)	(1.337)	-
Constituição de reserva para investimento	11 d)	-	-	-	-	132.382	(132.382)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		524.653	10.888	39.379	289.324	-	-	864.244

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	31/12/2022		31/12/2021		Outras contas a pagar	31/12/2022		31/12/2021	
	140.757	127.621				(3)	96		
Ajustes ao lucro líquido:	(203.764)	(198.385)			Provisão para contingências	(93)	(6.145)		
Depreciação e amortização	189	255			Contas a pagar a partes relacionadas	1.429	8.139		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.538	17.175			Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.363)	(44.511)		
Receitas financeiras, líquidas	(232.756)	(223.784)			Caixa líquido das atividades operacionais	(50.150)	(72.981)		
Provisão para contingências	(525)	5.993			Venda de aplicações financeiras, líquido	650.000	989.997		
Pagamento baseado em ações	3.790	1.976			Caixa líquido das atividades de investimento	650.000	989.997		
Variações nos ativos e passivos	12.857	(2.217)			Pagamento de leasing	(136)	-		
Tributos a recuperar	997	(15.078)			Redução de capital social	(800.000)	(700.000)		
Outros créditos	19	535			Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.212)	(33.746)		
Contas a receber de partes relacionadas	(1.306)	(960)			Caixa líquido das atividades de financiamento	(801.348)	(733.746)		
Fornecedores	(76)	(6)			Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(201.498)	183.270		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.181	2.844			Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	229.703	46.433		
Obrigações tributárias	49.072	52.869			Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	28.205	229.703		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da MNL S.A. | São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MNL S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do valor justo de aplicações financeiras: Conforme nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía investimento no fundo de investimento TAPSO - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") no montante de R\$844.624 mil, que representa 94,67% dos seus ativos. O resultado desse investimento apurado no exercício foi de R\$232.778 mil, que representa 165,38% do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O FIDC TAPSO realiza a aquisição de direitos creditórios oriundos majoritariamente das transações de pagamentos realizadas pelos clientes da Stone Pagamentos S.A, controladora da Companhia, na modalidade sem aquisição substancial de riscos e benefícios. O investimento no Tapso FIDC é contabilizado com base na participação da Companhia sobre o patrimônio líquido do fundo, ajustado das receitas de antecipação de acordo

com a competência. Em razão da relevância do investimento no FIDC TAPSO e do resultado auferido em relação às demonstrações financeiras da Companhia, bem como a sua mensuração ao valor justo, consideramos o investimento no FIDC TAPSO como o principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e metodologias de registro contábil do investimento no FIDC TAPSO, a confirmação da existência dos direitos creditórios junto ao cedente, recálculo dos direitos creditórios registrados com base nas taxas firmadas em contrato e a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o valor justo do investimento no FIDC TAPSO, incluídas na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da participação no Tapso FIDC, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do investimento no FIDC TAPSO são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que a Companhia as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contá-

bil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 16 de março de 2023

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora - CRC-SP241544/O

Dólar recua ante outras divisas principais, com euro em alta e BCs em foco

O dólar caiu frente a outras moedas fortes, com o euro apoiado após o Banco Central Europeu (BCE) voltar a sinalizar que pode haver mais aperto monetário. Dirigentes do Federal Reserve, porém, não descartaram novas altas, enquanto algumas divisas emergentes reagem

a decisões de bancos centrais locais. No fim da tarde em Nova York, o dólar recuava a 132,54 ienes, o euro subia a US\$ 1,0910 e a libra tinha alta a US\$ 1,2390. O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, registrou baixa de 0,48%, a 102,144 pontos.

Na Europa, Frank El-

derson, dirigente do Banco Central Europeu (BCE), afirmou que a inflação está muito elevada, o que motiva o aperto na política monetária. Ele ainda comentou, durante entrevista ao El País, que o sistema bancário da zona do euro é "sólido e resiliente".

O BCE ainda publicou boletim, no qual cortou sua

projeção para a inflação na zona do euro em 2023, de 6,4% a 5,3%. Na agenda de indicadores, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da Alemanha subiu 7,4% na preliminar de março, na comparação anual, acima do esperado por analistas ouvidos pelo Wall Street Journal.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Saab Brasil Ltda.

CNPJ/ME nº 23.100.444/0001-02 – NIRE 35.233.290.213

2ª Alteração ao Contrato Social

Por meio deste instrumento e na melhor forma da lei: **Saab Internacional AB**, CNPJ nº 10.354.155/0001-80, representada pela **Henny Signe Susanna Lundqvist**, RNM nº F192822Q e CPF nº 242.552.578-50, na qualidade de única sócia da **Saab Brasil Ltda.**, ("Sociedade"); decide aditar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, conforme o seguinte: **I – Protocolo de Incorporação da Saab Sensores e da Saab do Brasil: 1.1.** A sócia **Saab Internacional AB** decide, nesta data, **Aprovar**, em seu inteiro teor, o Protocolo e Justificação da Incorporação, assinado em 30/12/2022 pelos administradores da Sociedade, da **Saab Sensores e Serviços Brasil Ltda.**, CNPJ nº 06.916.109/0001-50 ("Saab Sensores"), e da **Saab do Brasil Representação, Serviços e Comércio de Produtos de Defesa, Transporte e Sistemas de Tecnologia Ltda.**, CNPJ nº 07.451.471/0001-65 ("Saab do Brasil"), que estabelece termos e condições para a incorporação da Saab Sensores e da Saab do Brasil pela Sociedade, ("Protocolo"), o qual consta como **Anexo I** do presente instrumento. **II – Incorporação da Saab Sensores: 2.1.** A sócia **Saab Internacional AB** decide, neste ato: **2.1.1. Ratificar** a nomeação da seguinte empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Saab Sensores: **A.S. Contábil S/S**, CNPJ nº 01.355.089/0001-71 e CRC/SP-2SP019239/0-1 ("Empresa Especializada Saab Sensores"); **2.1.2. Aprovar** o laudo de avaliação, elaborado pela Empresa Especializada Saab Sensores, que apurou o patrimônio líquido da Saab Sensores no valor de R\$ 32.492.060,68, com base no valor contábil da Saab Sensores, em conformidade com o balanço patrimonial da Saab Sensores levantado em 30/11/2022; **2.1.3. Aprovar** a incorporação da Saab Sensores pela Sociedade, nos termos do Protocolo e do Laudo de Avaliação Saab Sensores aprovados acima; **2.2.** Considerando que, na presente data, os sócios da Saab Sensores e da Sociedade aprovaram por unanimidade o Protocolo e o Laudo de Avaliação Saab Sensores, assim como a incorporação da Saab Sensores pela Sociedade, foi declarada extinta de pleno direito a Saab Sensores, sendo que a Sociedade é a sucessora de todos os direitos e obrigações da Saab Sensores, **2.3.** Em virtude da incorporação ora aprovada, todas as atividades e operações atualmente desenvolvidas pela Saab Sensores em sua sede e em suas filiais passarão a ser desenvolvidas pela Sociedade. **2.4.** A administração da Sociedade fica autorizada a realizar quaisquer atos, assinar quaisquer documentos, assim como tomar quaisquer medidas julgadas necessárias para dar plena efetividade à incorporação. **III – Incorporação da Saab do Brasil: 3.1.** A sócia **Saab Internacional AB** decide, ainda, neste ato: **3.1.1. Ratificar** a nomeação da seguinte empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Saab do Brasil: **A.S. Contábil S/S**, CNPJ nº 01.355.089/0001-71, CRC/SP-2SP019239/0-1 ("Empresa Especializada Saab do Brasil"); **3.1.2. Aprovar** o laudo de avaliação, elaborado em 30/11/2022 pela Empresa Especializada Saab do Brasil, que apurou o patrimônio líquido da Saab do Brasil no valor de R\$ 31.524.830,74 ("Patrimônio Líquido Saab do Brasil"), com base no valor contábil da Saab do Brasil, em conformidade com o balanço patrimonial da Saab do Brasil levantado extraordinariamente em 30/11/2022; **3.1.3. Aprovar** a incorporação da Saab do Brasil pela Sociedade, nos termos do Protocolo e do Laudo de Avaliação Saab do Brasil aprovados acima; **3.2.** Considerando que os sócios da Saab do Brasil e da Sociedade aprovaram por unanimidade o Protocolo e o Laudo de Avaliação Saab do Brasil, assim como a incorporação da Saab do Brasil pela Sociedade, foi declarada extinta de pleno direito a Saab do Brasil, sendo que a Sociedade é a sucessora de todos os direitos e obrigações da Saab do Brasil. **3.3.** Em virtude da incorporação ora aprovada, todas as atividades e operações atualmente desenvolvidas pela Saab do Brasil em sua sede e em suas filiais passarão a ser desenvolvidas pela Sociedade. **3.4.** A administração da Sociedade fica autorizada a realizar quaisquer atos, assinar quaisquer documentos, assim como tomar quaisquer medidas julgadas necessárias para dar plena efetividade à incorporação. **IV – Aumento de Capital: 4.1.** O capital social da Sociedade será aumentado de R\$ 26.254.168,00, dividido em 26.254.168 quotas, para R\$ 90.271.059,00, dividido em 90.271.059 quotas, mediante a emissão de 64.016.891 novas quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **4.1.1.** A sócia **Saab Internacional AB** decide destinar o montante de R\$ 0,42 à conta de reserva de capital da Sociedade. **4.2.** Em virtude da deliberação contida no item 4.1. acima, a sócia **Saab Internacional AB** resolve, ainda, aprovar a nova redação da **Cláusula 6** do "Contrato Social da Sociedade", que passará a vigorar com a seguinte nova redação constante na presente Ata. **V – Consolidação do Contrato Social: 5.1.** Todas as demais disposições do Contrato Social da Sociedade que não foram expressamente adotadas no presente instrumento devem permanecer inalteradas. **5.2.** A sócia resolve consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Contrato Social da Saab Brasil Ltda. Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e prazo de Duração: **Cláusula 1.** A presente sociedade de responsabilidade limitada unipessoal possui a denominação social de Saab Brasil Ltda., podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil São Bernardo do Campo ("Sociedade"). **Cláusula 2.** A Sociedade tem por objeto social (a) a montagem, venda, importação, exportação, pesquisa e desenvolvimento de componentes e materiais aeronáuticos, incluindo suas partes, componentes e quaisquer outros materiais relacionados; (b) a montagem, venda, importação e exportação de estruturas e compostos metálicos complexos para aeronaves comerciais e de defesa; (c) a participação em outras

sociedades, comerciais ou civis, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive em sociedades em conta de participação; (d) a realização de manutenção e reparação de aeronaves comerciais e de defesa; (e) a prestação de serviços de engenharia; (f) a realização de testes e análises técnicas; (g) a realização de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (h) a compra, venda, desenvolvimento, produção, por conta de terceiros, distribuição, importação e exportação de produtos de defesa, transporte e sistemas de tecnologias; (i) a prestação de serviços relacionados às atividades referidas no item (h) acima; (j) a prestação de serviços auxiliares de representação, agenciamento, intermediação e suporte, no Brasil, com relação a projetos dos sócios da Sociedade, ou de demais empresas do grupo econômico da sociedade; (k) a elaboração de projetos de sistemas e equipamentos eletrônicos de qualquer natureza incluindo partes e peças de aeronaves; (l) a comercialização de sistemas e equipamentos eletrônicos de qualquer natureza incluindo partes e peças de aeronaves; (m) a fabricação de sistemas e equipamentos eletrônicos de qualquer natureza incluindo partes e peças de aeronaves; (n) a manutenção de equipamentos eletroeletrônicos e de sistemas associados incluindo partes e peças de aeronaves; (o) o desenvolvimento de softwares e sistemas associados ou não a equipamentos eletrônicos de qualquer natureza; (p) a prestação de serviços de instalação, treinamento, consultoria e assessoria; (q) atividades de importação, exportação e a logística associada; e (r) representação de outras empresas brasileiras ou estrangeiras. **§ Único:** A sede da Sociedade exerce as atividades (a), (b), (c), (d) e (e) do objeto social da Sociedade. **Cláusula 3.** A Sociedade tem sede no município de São Bernardo do Campo-SP, Rua Elisha Otis, nº 75, térreo, parte 1 e 1º andar, Bairro Cooperativa, CEP: 09852-075. **§ Único:** A Sociedade mantém as seguintes filiais: a) **Filial 1**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Brasília, localizada na SCN Quadra 5, Bloco A, Número 50, sala 816, Edifício Brasília Shopping, Asa Norte, CEP 70715-900, Brasília/DF, CNPJ nº 23.100.444/0004-47, NIRE 53.920.024.967, onde serão exercidas as atividades (c), (h), (i) e (j) do objeto social da Sociedade; b) **Filial 2**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Gripen Design and Development Network (GDDN), localizada na Estrada Municipal Euclides Martins, nº 2170, CEP 14813-000, Gavião Peixoto/SP, CNPJ nº 23.100.444/0005-28, NIRE 35.906.418.355, onde serão exercidas as atividades (c), (h), (i) e (j) do objeto social da Sociedade; c) **Filial 3**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil São Paulo, localizada na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Sala 903, São Paulo/SP, CNPJ nº 23.100.444/0003-66, NIRE 35.906.418.347, onde serão exercidas as atividades (c), (h), (i) e (j) do objeto social da Sociedade; d) **Filial 4**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Rio de Janeiro, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 704, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 23.100.444/0006-09, NIRE 33.901.609.711, onde serão exercidas as atividades (c), (h), (i) e (j) do objeto social da Sociedade; e) **Filial 5**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Gripen Flight Test Center (GFTC), localizada na Estrada Municipal Euclides Martins, nº 2170, prédio G1350, CEP 14813-000, Gavião Peixoto/SP, CNPJ nº 23.100.444/0002-85, NIRE 35.906.082.144, sendo destacado da matriz, para efeitos fiscais e administrativos, um capital de R\$ 200.000,00. A filial exercerá, como atividade principal, a atividade (f) do objeto social da Sociedade e, como atividades secundárias, as atividades (e) e (g) do objeto social da Sociedade; f) **Filial 6**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Sensores e Serviços, localizada na Rua Elisha Otis, nº 75, 2º andar, Bairro Cooperativa, CEP 09852-075, São Bernardo do Campo/SP, CNPJ nº 23.100.444/0008-70, NIRE 35.906.418.363, onde serão exercidas as atividades (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r); e g) **Filial 7**, podendo operar sob o nome fantasia Saab Brasil Anápolis, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, QD. 19, Lt. 01, Condomínio Gênese, conjunto 2109, Bairro Jundiá, Anápolis/GO, CNPJ nº 23.100.444/0007-90, NIRE 52.901.639.365, onde serão exercidas as atividades (c), (h), (i) e (j) do objeto social da Sociedade. **Cláusula 4.** A Sociedade possui um prazo de duração indeterminado. **Cláusula 5.** A Sociedade deverá ser regida pelo Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/02) e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). **Capítulo II – Do Capital Social: Cláusula 6.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 90.271.059,00, divididos em 90.271.059 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente detidas pela sócia **Saab Internacional AB**, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da Suécia, com sede em Group Finance, hus 209-7, na cidade de Linköping, Suécia, Código Postal 581 88, inscrita no CNPJ sob o nº 10.354.155/0001-80. **§ Único:** A responsabilidade da sócia é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas. **Capítulo III – Das Decisões da Sócia: Cláusula 7.** Além das matérias elencadas na lei, a sócia deverá ser convocada para decidir as seguintes matérias: a) Modificação do presente Contrato Social; b) Incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, ou cessação do estado de liquidação; c) Nomeação e destituição do Administrador da Sociedade; d) Pedido de recuperação judicial ou acordo de recuperação extrajudicial; e) Aprovação de contas da administração; f) Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; g) Distribuição de lucros; h) Constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação; i) Aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária; j) Celebração de quaisquer acordos de quotista ou acordos similares relacionados às participações societárias detidas pela Sociedade; k) Celebração de qualquer contrato ou acordo envolvendo a transferência ou o recebimento de tecnologia ou o licenciamento de direitos de propriedade intelectual; e l) Doação ou contribuição a partidos e organizações políticas, quando permitida pela legislação vigente. **Cláusula 8.** As decisões da sócia serão refletidas em documento escrito subscrito pela própria sócia ou por seus

procurador(es) com poderes específicos. **Cláusula 9.** A sócia deliberará anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, sobre a tomada e aprovação de contas da administração e de demonstrações financeiras da Sociedade. **Capítulo IV – Da Administração: Cláusula 10.** A administração da Sociedade será exercida por 1 pessoa física, que será designada o Administrador, eleita e destituível por deliberação da sócia, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Cláusula 11.** O Administrador terá os poderes para praticar os atos necessários ou pertinentes à administração da Sociedade, sempre de acordo com as recomendações da sócia, inclusive: a) a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive a representação perante qualquer autoridade federal, estadual ou municipal e autarquias; e b) a administração de modo geral e direcionamento dos negócios da Sociedade. **Cláusula 12.** O Administrador está dispensado de prestar caução e garantia de sua gestão, conforme previsto em lei, e terá poderes para praticar os atos necessários ou pertinentes à administração da Sociedade e sob a denominação que lhes vier a ser estabelecida pela sócia quando de sua designação. **Cláusula 13.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos do Administrador, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como a prestação de fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, bem como qualquer cessão gratuita de bens, valores ativos ou direitos, exceto quando expressamente autorizados por decisão do sócio único, tomada em assembleia própria. **Cláusula 14.** A sócia deverá fixar a remuneração do Administrador da Sociedade. **Cláusula 15.** A Sociedade será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) do Administrador; b) de dois procuradores, agindo conjuntamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração; ou c) um procurador com poderes específicos, agindo dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **§ Único:** As procurações serão sempre outorgadas pelo Administrador, sendo que estabelecerá os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, terão prazo pré-definido. **Cláusula 16.** É eleita para o cargo de Administradora da Sociedade, por um prazo de mandato de 03 anos, contados de 24/03/2022 **Henny Signe Susanna Lundqvist**, sueca, portadora do RNM nº F192822Q emitido pelo Sistema de Registro Nacional Migratório da Polícia Federal e do CPF nº 242.552.578-50, residente e domiciliada na Rua Joaquim José Esteves, nº 60, apt. 171, Bloco 4, Edifício Santa Thereza, Condomínio Chácara Santa Elena, Bairro Alto da Boa Vista, CEP 04740-900, na Cidade de São Paulo-SP. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Cláusula 17:** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido da sócia e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **§ 1º:** O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 03 e no máximo 05 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela sócia. **§ 2º:** O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Cláusula 18.** O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Cláusula 19.** Fica a Sociedade autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse da sócia. **§ Único:** O lucro líquido apurado ao final de cada exercício ou em períodos menores poderá ser destinado conforme decisão da sócia. Os prejuízos serão acumulados para serem compensados com lucros futuros. A Sociedade poderá efetuar distribuições à sócia, a título de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável. **Capítulo VII – Cessão e Transferência de Quotas: Cláusula 20.** A cessão de quotas, somente será válida mediante a prévia e expressa autorização da sócia. **Capítulo VIII – Da Liquidação e Dissolução da Sociedade: Cláusula 21.** A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da sócia, que, nessa hipótese, indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente remetido à sócia. **Cláusula 22.** Em caso de dissolução, a Sociedade será liquidada em conformidade com os Artigos 1.102 a 1.112 do Código Civil Brasileiro. **Capítulo IX – Transformação: Cláusula 23.** A Sociedade poderá ser transformada em qualquer outro tipo societário por decisão da sócia. **Capítulo X – Foro: Cláusula 24.** A sócia elege o foro Central da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. **Capítulo XI – Declaração de Desempedimento: Cláusula 25.** A Administradora nomeada declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **E por estarem assim justas e acordadas**, a sócia assina este aditamento em 3 vias de igual teor e forma. São Bernardo do Campo, 30/12/2022. **Saab Internacional AB**, Henny Signe Susanna Lundqvist – Procuradora. JUCESP: Registro sob o nº 27.645/23-0 em 23/01/2023. Gisela Simiema Ceschini – Secretária Geral.

Faria Veículos Ltda.

CNPJ/MF nº 01.869.253/0001-69



Balanço levantado em: 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo	2022	Passivo	2022
Circulante	123.875.216,93	Circulante	22.852.654,50
Disponível	55.368.098,67	Debitos de Financiamento	16.592.169,68
Caixa/Bancos	785.205,99	Fornecedores	3.335.270,46
Aplicações	54.582.892,68	Recebimento Antecipados	2.493.983,37
Realizável	68.152.800,06	Instituições Financeiras VW	10.762.915,85
Creditos à Receber	13.362.603,41	Debitos de Funcionamento	6.260.484,82
Estoques	50.155.045,53	Obrigações Trabalhistas	3.646.004,91
Impostos Recuperáveis	199.747,75	Obrigações Previdenciárias	516.251,06
Conta Corrente VW	2.411.946,16	Obrigações Tributárias	2.098.228,85
Adiantamentos a Fornecedores	1.009.232,12	Não Circulante	5.835.064,04
Valores Diversos	1.014.225,09	Provisão p/ Contingências	5.835.064,04
Desp.Exerc.Seguinte	354.318,20	Patrimônio Líquido	113.130.384,57
Gastos Operacionais	354.318,20	Capital Social	70.000.000,00
Não Circulante	17.942.886,18	Reservas de Lucros	43.130.384,57
Realizável Longo Prazo	593.373,27	Compensações Passivas	394.209,57
Depositos Judiciais e Cauções	593.373,27	Total do Passivo	142.212.312,68
Investimentos	13.118,78		
Outros Investimentos	13.118,78		
Imobilizado	17.231.377,24		
Imobilizado Não Operacional	15.385.369,06	Aquisição de ativos imobilizados	(6.526.715,27)
Imobilizado Operacional	18.839.008,22	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(4.738.115,27)
(-) Depreciação	(16.993.000,04)	Atividades de financiamentos:	
Intangível	105.016,89	Recebimento de empréstimos e financiamentos	(3.700.030,41)
Direito Uso Software	559.556,36	Dividendos pagos	(300.000,00)
(-) Amortização	(454.539,47)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(4.000.030,41)
Compensações Ativas	394.209,57	Aumento líquido de caixa	(7.419.016,01)
Total do Ativo	142.212.312,68	Caixa no início do período	62.787.114,68
		Caixa no fim do período	55.368.098,67
		Reconciliação do lucro líquido do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:	
		(+) Lucro Líquido do período	15.405.592,80
		Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:	
		(+) Depreciação e amortização	2.140.027,31
		(-) Lucro na venda de ativos imobilizados	(1.165.164,63)
		(+) Diminuição de contas a receber de clientes	1.580.942,00
		(-) Aumento dos Estoques	(18.543.985,63)
		(+) Aumento de fornecedores de Estoque	1.809.912,18
		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Reservas
Saldo em 31/12/2021	70.000.000,00	28.024.791,77	98.024.791,77
Dividendos distribuídos	-	(300.000,00)	(300.000,00)
Lucro líquido do exercício	-	15.405.592,80	15.405.592,80
Saldo em 31/12/2022	70.000.000,00	43.130.384,57	113.130.384,57

Cotação das moedas



Coroa (Suécia)	0,4943	Peso (Chile)	0,006497
Dólar (EUA)	5,1254	Peso (México)	0,2833
Franco (Suíça)	5,607	Peso (Uruguai)	0,1319
Iene (Japão)	0,03862	Yuan (China)	0,7461
Libra (Inglaterra)	6,3396	Rublo (Rússia)	0,06631
Peso (Argentina)	0,02457	Euro (Unidade Monetária Europeia)	5,5867

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/MF nº 61.167.060/0001-98

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanco Patrimonial					Demonstração do Resultado						
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2.022	2.021	2.022	2.021		2.022	2.021	2.022	2.021	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.748	18.308	95.025	33.489	15	351.335	289.454	403.248	329.880	
Contas a receber de clientes	5	179.414	129.260	219.714	178.751		(192.096)	(174.296)	(205.865)	(186.053)	
Contas a receber – partes relacionadas	5 e 7	59.955	49.093	–	–		159.239	115.158	197.383	143.827	
Estoques	6	32.647	37.403	79.695	45.040						
Impostos a recuperar		16.361	6.088	18.515	6.248						
Adiantamentos a fornecedores		7.437	7.850	15.741	10.498						
Despesas antecipadas		628	532	1.017	949						
Outros créditos		374	267	1.011	377						
		377.564	248.801	430.718	275.352						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Créditos com pessoas ligadas	7	13.890	6.261	–	12						
Depósitos judiciais		80	68	80	68						
Valores a receber		1.222	704	1.222	704						
Outros créditos		–	–	312	4						
Investimentos	8	32.369	32.538	28.752	27.137						
Imobilizado	9	44.171	37.318	101.857	73.764						
Intangível	10	42.600	42.580	47.529	42.701						
		134.332	119.469	179.752	144.390						
Total do ativo		511.896	368.270	610.470	419.742						
		As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								
Descrição	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.500	46.795	8.811	48.890	–	105.996	55	106.051
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(969)	(969)	12	(957)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(287)	287	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(7.911)	–	–	–	(7.911)	–	(7.911)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	51.141	51.141	(97)	51.044
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	29.763	–	(29.763)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	20.696	–	–	(20.696)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.500	59.580	38.574	48.603	–	148.257	(30)	148.227
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	23	23
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(216)	216	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(8.113)	–	–	–	(8.113)	–	(8.113)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.645	1.645	(108)	1.537
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	17.138	–	(17.138)	–	–	–
Transferência da reserva de lucros	–	(15.277)	–	–	15.277	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.500	36.190	55.712	48.387	–	141.789	(115)	141.674
		As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – Fundada em 1989, a Indústria Química Kimberlit Ltda. (“Sociedade”), com sede em Olímpia-SP, possui os seguintes objetivos sociais: fabricação e comercialização de fertilizantes fosfatados, nitrogenados, potássios e outros; fabricação e comercialização de alimentação animal e aditivos para alimentação animal; fabricação e comercialização de condicionadores de solo; importação e exportação; prestação de serviços de industrialização por conta e ordem de terceiros; exploração das atividades agrícolas e pastoris, em terras próprias ou de terceiros, excetuadas as transformações de seus produtos e subprodutos; fabricação para terceiros com matéria prima própria e distribuição de produtos de origem nacional e internacional; e pesquisa e desenvolvimento de produtos agropecuários. Em 2017 a Sociedade constituiu a controlada Bionat Soluções Biológicas Ltda. onde detém 97% do capital social, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, que tem por objeto indústria de defensivos biológicos. Em 2018 a Sociedade adquiriu 50% do capital social da Embrafós – Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, que tem por objeto social (i) fabricação de adubos e fertilizantes e (ii) Comércio, exportação e importação de adubos e fertilizantes. Em 2020 a Sociedade adquiriu 97% do capital social da Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, que tem por objeto a fabricação de fertilizantes, adubos, aditivos, intermediários de fertilizantes, ração animal e aditivo para animal. **2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros. As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 24 de março de 2023. **b. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as participações nas seguintes controladas: Bionat Soluções Biológicas Ltda. - Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda. **Controladas:** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedades investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Sociedade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis que podem, eventualmente, ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas notas explicativas: Nota 8 – Investimentos; Nota 9 – Imobilizado; Nota 10 – Intangível. **3. Principais políticas contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, e não excedem o valor de mercado. **b. Clientes:** São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas. Os títulos a receber são de curto prazo, e dessa forma não foram necessários ajustes a valor presente. **c. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção, que não supera o valor de mercado ou o seu valor de realização. **d. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **e. Investimentos controladas:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as correspondentes receitas e despesas reconhecidas no resultado do exercício como despesa ou receitas operacionais. **f. Imobilizado e Intangível:** Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparo são lançados no resultado. A Sociedade optou em contabilizar custos atribuídos ao imobilizado e intangível. **g. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor de uso de um ativo. **h. Empréstimos e Financiamentos:** São atualizados pela variação monetária, incorrida até a data do balanço, que juntamente com os encargos são apropriados em despesas financeiras, quando aplicável. **i. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias. Não houve contabilização de ajuste a valor presente, em razão do curto prazo de liquidação dos títulos a pagar. **j. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro real. **k. Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimo, que são registrados contabilmente em regime de competência. **l. Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade, com base nas melhores estimativas possíveis, registre nos livros contábeis certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas do exercício. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas registradas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e apropriado os rendimentos até a data em 31 de dezembro.

Composição	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
4. Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	17	30	32	34
Bancos conta movimento	4.079	1.471	8.290	2.369
Aplicações financeiras	76.652	16.807	86.703	31.086
	80.748	18.308	95.025	33.489
5. Contas a receber				
Clientes	242.203	181.206	222.548	181.604
(i) provisão para devedores duvidosos	(2.834)	(2.853)	(2.834)	(2.853)
Totais	239.369	178.353	219.714	178.751
Clientes – partes relacionadas	59.955	49.093	–	–
Clientes – terceiros	179.414	129.260	219.714	178.751
A provisão para devedores duvidosos está constituída com base no parecer do departamento jurídico, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.				
6. Estoques				
Composição	2.022	2.021	2.022	2.021
Matéria prima	21.087	26.198	51.969	26.739
Embalagem	1.603	2.512	3.445	2.615
Estoques especiais	2.072	1.276	11.485	1.276
Produtos semiacabados	–	–	220	–
Produtos acabados	4.563	3.337	7.490	6.500
Produtos em processo	1.358	2.351	2.324	2.401
Compra entrega futura	231	278	259	3.022
Outros	1.733	1.451	2.503	2.487
Totais	32.647	37.403	79.695	45.040
Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção, que não supera o valor de mercado ou o seu valor de realização.				
7. Partes relacionadas				
Composição	2.022	2.021	2.022	2.021
Ativo circulante (a)				
Bionat	7.306	3.478	–	–
Loyder	52.649	45.615	–	–
	59.955	49.093	–	–
Ativo não circulante (b)				
Bionat	13.879	4.004	–	–
Loyder	–	2.247	–	–
Outros	11	10	–	12
	13.890	6.261	–	12
Passivo circulante (c)				
Bionat	–	77	–	–
	–	77	–	–
Passivo não circulante (d)				
Loyder	43.812	–	–	–
Outros	1.574	2.558	1.583	2.567
	45.386	2.558	1.583	2.567

(a) Referem-se a contas a receber por vendas realizadas. (b) Referem-se a créditos com pessoas ligadas. (c) Referem-se a fornecedores por vendas realizadas. (d) Referem-se a contratos de mútuos.

Dados das investidas	Embrafós	Bionat	Loyder	Outros	Total
Capital social	20.000	10.201	1.142	–	–
Adiant.futuro aumento de capital	–	16.000	12.180	–	–
Lucros (prejuízos) acumulados	37.086	(25.666)	(11.007)	–	–
Patrimônio líquido	57.086	535	2.315	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.728	(9.924)	(14.777)	–	–
Participações possuídas					
Quotas possuídas	10.000.000	9.895.447	1.119.400	–	–
Participação	50,00%	97,00%	97,00%	–	–
Movimentação no exercício					
Controladora					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.493	2.162	1.100	–	14.755
Outras obrigações – participação negativa	–	–	(392)	–	(392)
Lucros recebidos	(1.583)	–	–	–	(1.583)
Ajustes de exercícios anteriores	(328)	–	–	–	(328)
Adiant.futuro aumento de capital	–	6.000	–	–	6.000
Equivalência patrimonial	17.555	(7.537)	4.068	–	14.086
Saldos em 31 de dezembro de 2021	27.137	625	4.776	–	32.538

continua...

Publicidade Legal

... continuação

Indústria Química Kimberlit Ltda.

Consolidado	2022		2021		13. Obrigações tributárias				16. Despesas administrativas			
	Custo	Depreciação	Residual	Residual	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Descrição	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Terrenos	3.853	-	3.853	2.303	1.101	881	1.577	1.247	(281)	(247)	(281)	(247)
Edificações	54.156	(4.102)	50.054	10.194	1.218	1.239	1.138	1.138	(354)	(294)	(736)	(302)
Veículos e utilitários	21.268	(10.227)	11.041	10.930	654	-	668	618	(92)	(51)	(117)	(57)
Máquinas e equipamentos	29.891	(11.205)	18.686	8.731	-	-	231	720	(71)	(29)	(71)	(29)
Móveis e Utensílios	2.075	(667)	1.408	984	-	-	231	720	(132)	(116)	(132)	(174)
Computadores	2.990	(1.195)	1.795	1.127	-	-	15	90	(2.644)	(1.487)	(4.233)	(1.623)
Instalações	2.142	(1.174)	968	547	148	147	148	147	(13.565)	(9.753)	(16.881)	(10.713)
Imobilizações em andamento	14.052	-	14.052	38.948	884	796	884	801	-	-	-	-
130.427	(28.570)	101.857	73.764	101.857	229	307	229	307	-	-	-	-
Custo atribuído: A Controladora optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura dos principais grupos do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, que emitiram os respectivos laudos de avaliação. Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 totalizaram R\$ 10.884, e foram lançados em contrapartida da conta de Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve a necessidade de constituição de provisão.												
10. Intangível												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
Kincoat	30.359	30.359	30.359	30.359								
Nutril	4.111	4.111	4.111	4.111								
Exion	2.873	2.873	2.873	2.873								
Kant	2.873	2.873	2.873	2.873								
Cuprazol	839	839	839	839								
Sologel	433	433	433	433								
Marcas e patentes	225	205	5078	276								
Softwares	887	887	963	937								
Totais	42.600	42.580	47.529	42.701								
Custo atribuído: A Controladora optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura de suas marcas na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, que emitiram o respectivo laudo de avaliação. Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 totalizaram R\$ 41.479, e foram lançados em contrapartida da conta de Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido.												
11. Empréstimos e Financiamentos												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
Capital de giro	274.848	142.320	361.301	173.759								
Finame	4.162	3.878	6.308	3.878								
Duplicatas descontadas	-	9.278	9.164	9.278								
Outros	180	82	180	82								
Total	279.190	155.558	376.953	186.997								
Circulante	98.746	74.690	168.213	91.095								
Não circulante	180.444	80.868	208.740	95.902								
Os empréstimos e financiamentos referem-se a operações de capital de giro, contas garantidas e financiamentos de máquinas e veículos.												
12. Obrigações trabalhistas												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
Salários a pagar	1.443	1.203	2.168	1.733								
INSS a recolher	927	788	1.333	1.297								
FGTS a recolher	318	266	458	374								
Provisão de férias e encargos sociais	5.071	4.055	7.078	5.365								
Outros	141	84	167	91								
Totais	7.900	6.396	11.204	8.860								
13. Obrigações tributárias												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
IRRF a recolher	1.101	881	1.577	1.247								
IRPJ a recolher	1.218	1.239	1.138	1.138								
CSLL a recolher	654	-	668	618								
ICMS a recolher	-	-	231	720								
ISS a recolher	-	-	15	90								
Parcelamento de ICMS	148	147	148	147								
Parcelamentos Lei 11.941	884	796	884	801								
Parcelamentos Lei 12.996	229	307	229	307								
Parcelamento PERT – débitos previdenciários	261	241	261	241								
Parcelamento PERT – demais débitos	248	248	248	248								
Parcelamentos ordinários de INSS	222	-	222	-								
Parcelamentos ordinários de IRPJ	266	-	266	-								
Parcelamentos ordinários de CSLL	130	-	130	-								
Outros	499	173	511	359								
Totais	5.242	3.411	6.011	6.534								
Não circulante												
Parcelamento de ICMS												
Parcelamentos Lei 11.941												
Parcelamentos Lei 12.996												
Parcelamento PERT – débitos previdenciários												
Parcelamento PERT – demais débitos												
Totais												
14. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.500, dividido em 1.500.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizados em moeda corrente nacional. b) Reserva de lucros: O saldo de lucros apurados no exercício, foi mantido em conta de reserva de lucros para decisão futura da administração com relação a sua destinação. c) Ajustes de avaliação patrimonial: Estão representados pelas contrapartidas dos valores de custo atribuído registrados no ativo imobilizado, conforme nota nº 9, e valor econômico do intangível conforme nota nº 10. Os valores realizados no exercício por depreciação e baixas do imobilizado foram baixados em contrapartida a conta de lucros acumulados. Não ocorreram baixas do valor econômico do intangível registrado. d) Reserva de incentivos fiscais: Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Sociedade apurou a subvenção de ICMS no total de R\$ 17.138 em 31 de dezembro de 2022 (2021 – R\$ 29.763).												
15. Receita líquida												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
Receita bruta	374.690	305.138	447.110	355.286								
Impostos sobre as vendas	(13.742)	(9.019)	(17.469)	(12.032)								
Devoluções de vendas	(9.613)	(6.665)	(26.393)	(13.374)								
Receita líquida	351.335	289.454	403.248	329.880								
16. Despesas administrativas												
Composição												
	Controladora		Consolidado									
	2022	2021	2022	2021								
Despesas com pessoal	(6.842)	(5.169)	(7.922)	(5.693)								
Assessoria administrativa	(515)	(448)	(526)	(448)								
Assessoria financeira	(168)	(160)	(169)	(240)								
Assessoria jurídica	(1.614)	(814)	(1.677)	(853)								
Assessoria em TI	(525)	(649)	(636)	(735)								
Assistência contábil	(327)	(289)	(381)	(312)								
Diretoria: Renato Bassan Peixoto – CFO												
Ricardo Chichinelli – Controller CRC 1SP 218.360/0-4												

Aos Quotistas e Administradores da **Indústria Química Kimberlit Ltda. Olimpia-SP**
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Indústria Química Kimberlit Ltda.** ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Indústria Química Kimberlit Ltda.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2023
Haroldo Campello Pasin – Sócio contador – CRC/SP nº 1SP 155.773/0-2
Nova Master Auditores Independentes – CRC nº 2SP 024.315/0-6

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.					
CNPJ: 19.916.590/0001-25					
Balanço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.560	182.397	Instrumentos Financeiros	396	378
Instrumentos financeiros	50	-	Fornecedores	88.632	122.338
Contas a receber de clientes	112.499	106.839	Contratos a embarcar antecipados	94.946	133.824
Despesas antecipadas	2.612	2.878	Contas a pagar - partes relacionadas	53.138	21.954
Adiantamento a fornecedores	21.064	22.797	Salários e encargos sociais	7.146	6.299
Contas a receber - partes relacionadas	6.094	4.764	Impostos e contribuições a pagar	20.317	24.654
Impostos a recuperar	10.264	15.634	Imposto de renda e contribuição social corrente	3.996	-
Outras contas a receber	792	357	Passivos de arrendamento	2.441	1.652
Total do ativo circulante	179.935	335.666	Outras contas a pagar	783	1.972
			Total do passivo circulante	271.795	313.071
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos	50.302	32.689	Provisão para demandas judiciais e administrativas	6.465	980
Depósito judiciais	826	10	Passivos de arrendamento	12.634	11.080
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	245	Outras contas a pagar	-	56
Despesas antecipadas	73	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	830	-
Impostos a recuperar	21	-	Total do passivo não circulante	19.929	12.116
Investimento	23.805	(1.746)	Patrimônio líquido		
Ativo imobilizado	4.366	4.976	Capital social	425.068	327.235
Ativo intangível	12.926	13.787	Reserva de capital	(11.169)	(11.171)
Ativos de direito de uso	13.551	11.532	Reserva de lucro	(18.252)	-
Total do ativo não circulante	105.870	61.493	Outros resultados abrangentes	3.211	1.750
Total do ativo	285.805	397.159	Prejuízos acumulados	(404.777)	(245.842)
			Total do patrimônio líquido	(5.919)	71.972
			Total do passivo e patrimônio líquido	285.805	397.159

Demonstração do resultado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
Em milhares de Reais		
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	112.115	109.179
Impostos sobre vendas	(5.472)	(8.100)
Receita líquida de vendas	106.643	101.079
Despesas operacionais		
Despesas de vendas	(16.716)	607
Despesas gerais e administrativas	(113.650)	(79.774)
Depreciação e amortização	(8.154)	(7.285)
Equivalência patrimonial	(42.381)	(11.314)
Outras despesas operacionais	(5.202)	(52.335)
Lucro antes do resultado financeiro	(79.460)	(49.022)
Receitas (despesas) financeiras, líquida	(13.054)	(811)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(92.514)	(49.833)
Imposto de renda e contribuição social	16.041	5.938
Prejuízo do exercício	(76.473)	(43.895)
A Diretoria		
Contador		
Ahmad Abu Islaim - CRC: 1SP - 259.626/0-8		

Acesse nosso site:
datamercantil.com.br

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.																																																																																																																																																																																																		
Relatório de Administração																																																																																																																																																																																																		
Senhores Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. A Administração																																																																																																																																																																																																		
Balancos Patrimoniais – em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)																																																																																																																																																																																																		
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021																																																																																																																																																																																											
Disponibilidades	4	66	81	Outros passivos	7	113	4																																																																																																																																																																																											
Instrumentos financeiros		5.751	5.308	Patrimônio líquido	8	5.704	5.385																																																																																																																																																																																											
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.664	5.304	Capital social		3.676	3.676																																																																																																																																																																																											
Outros ativos	6	87	4	Reservas		2.028	1.709																																																																																																																																																																																											
Total do Ativo		5.817	5.389	Total do Passivo		5.817	5.389																																																																																																																																																																																											
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>																																																																																																																																																																																																		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																		
		Reserva de Lucros				Lucros (Prejuízos) Acumulados																																																																																																																																																																																												
		Capital Realizado	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutária			Total																																																																																																																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.676	25	617	1.120			5.438																																																																																																																																																																																										
Prejuízo							(53)	(53)																																																																																																																																																																																										
Retenção do prejuízo:																																																																																																																																																																																																		
Reservas Estatutárias					(53)		53																																																																																																																																																																																											
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.676	25	617	1.067			5.385																																																																																																																																																																																										
Mutações do período							(53)	(53)																																																																																																																																																																																										
Lucro Líquido							319	319																																																																																																																																																																																										
Destinação do Lucro Líquido																																																																																																																																																																																																		
Reservas Estatutárias				16	303		(319)																																																																																																																																																																																											
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.676	25	633	1.370		(53)	5.651																																																																																																																																																																																										
Mutações do período																																																																																																																																																																																																		
Saldos em 30 de Junho de 2022		3.676	25	617	1.067			5.514																																																																																																																																																																																										
Lucro Líquido							191	191																																																																																																																																																																																										
Destinação do Lucro Líquido																																																																																																																																																																																																		
Reservas Estatutárias				10	181		(191)																																																																																																																																																																																											
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.676	25	633	1.370			5.704																																																																																																																																																																																										
Mutações do período																																																																																																																																																																																																		
				10	181																																																																																																																																																																																													
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>																																																																																																																																																																																																		
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)																																																																																																																																																																																																		
<p>1. Contexto Operacional – A VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") foi constituída tendo como objeto: (a) a subscrição, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, de emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (b) a intermediação de ofertas públicas e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (c) a compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, com a observância da regulamentação das agências reguladoras envolvidas; (d) a administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (e) a execução de funções de agente fiduciário; (f) a constituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento; (g) a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (h) a prestação de serviços de intermediação, assessoria e/ou assistência técnica em atividades relacionadas com o mercado financeiro e de capitais; e (i) a execução de outras atividades expressamente autorizadas por lei ou normativas expedidas por agências reguladoras. Atualmente a Distribuidora não está realizando atividades da natureza descrita acima. As operações são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.</p> <p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Distribuidora.</p> <p>3. Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, são: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. b) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. c) Provisão para imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 1% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil ao ano para imposto de renda e 16% para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Distribuidora não possui IR e CS diferido, nem créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas foram válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021. d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. e) Controle e gestão de riscos: O controle e gestão dos riscos são efetuados tendo em vista o contexto das atividades e políticas do seu controlador, o Banco VR S.A. f) Resultado recorrente/não recorrente: Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Distribuidora o previsto em seu Contrato Social, ou seja, "emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, compra e venda de títulos observado a regularização baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência". Além disso, a Administração da Distribuidora considera que não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro da Distribuidora no exercício de 2022, no montante de R\$ 319 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.</p> <p>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades</td> <td>66</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>66</u></td> <td><u>81</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estavam representadas por aplicação em depósitos interfinanceiros, realizados com o controlador Banco VR S.A.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações em depósitos interfinanceiros</td> <td>5.664</td> <td>5.304</td> </tr> <tr> <td>CDI Pós – Ligadas</td> <td><u>5.664</u></td> <td><u>5.304</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>Os depósitos são remunerados com base em 97% (2020 – 97%) da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – DI e possuem vencimento em 18 de novembro de 2023. O resultado obtido com aplicações interfinanceiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 620 (R\$ 221 em 2021). O resultado obtido com aplicações interfinanceiras no semestre findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 345.</p> <p>6. Outros Ativos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Impostos (IR e CSLL)</td> <td>87</td> <td>04</td> </tr> <tr> <td>Parcela de Curto Prazo</td> <td><u>87</u></td> <td><u>04</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>7. Outros Passivos – Em 31 de dezembro de 2022, estão representados substancialmente por obrigações fiscais, no montante de R\$ 113 registrados no passivo circulante (R\$ 4 em 2021).</p> <p>8. Patrimônio Líquido – O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.676 (R\$ 3.676 em 2021), representado por 3.676 quotas sem valor nominal. As reservas de lucros são constituídas com base na previsão do contrato social. Reserva Legal – 5% destinados à formação do competente "Fundo de Reserva Legal" que garante a integridade do Capital Social. Reserva Especial – Os resultados remanescentes são retidos e classificados à formação do competente "Fundo de Reserva Especial de Lucros". As distribuições de lucros são realizadas quando deliberadas pelos sócios.</p> <p>9. Imposto de Renda e Contribuição Social</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre</th> <th>Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</td> <td>264</td> <td>426</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício</td> <td><u>(73)</u></td> <td><u>(107)</u></td> <td><u>–</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Outras Despesas Administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre</th> <th>Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas de aluguéis</td> <td>(10)</td> <td>(19)</td> <td>(18)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de publicações</td> <td>–</td> <td>(63)</td> <td>(60)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de serviços financeiros</td> <td>(53)</td> <td>(69)</td> <td>(79)</td> </tr> <tr> <td>Taxas de fiscalização</td> <td>–</td> <td>(11)</td> <td>(76)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas administrativas</td> <td>(2)</td> <td>(3)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas operacionais</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(27)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(65)</td> <td>(165)</td> <td>(263)</td> </tr> </tbody> </table>											2022	2021	Disponibilidades	66	81		<u>66</u>	<u>81</u>		2022	2021	Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.664	5.304	CDI Pós – Ligadas	<u>5.664</u>	<u>5.304</u>		2022	2021	Impostos (IR e CSLL)	87	04	Parcela de Curto Prazo	<u>87</u>	<u>04</u>		2022	2022	2021		2º Semestre	Exercício	Exercício	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	264	426	(53)	Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	<u>(73)</u>	<u>(107)</u>	<u>–</u>		2022	2022	2021		2º Semestre	Exercício	Exercício	Despesas de aluguéis	(10)	(19)	(18)	Despesas de publicações	–	(63)	(60)	Despesas de serviços financeiros	(53)	(69)	(79)	Taxas de fiscalização	–	(11)	(76)	Outras despesas administrativas	(2)	(3)	(3)	Outras despesas operacionais	–	–	(27)	Total	(65)	(165)	(263)																																																																																																										
	2022	2021																																																																																																																																																																																																
Disponibilidades	66	81																																																																																																																																																																																																
	<u>66</u>	<u>81</u>																																																																																																																																																																																																
	2022	2021																																																																																																																																																																																																
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.664	5.304																																																																																																																																																																																																
CDI Pós – Ligadas	<u>5.664</u>	<u>5.304</u>																																																																																																																																																																																																
	2022	2021																																																																																																																																																																																																
Impostos (IR e CSLL)	87	04																																																																																																																																																																																																
Parcela de Curto Prazo	<u>87</u>	<u>04</u>																																																																																																																																																																																																
	2022	2022	2021																																																																																																																																																																																															
	2º Semestre	Exercício	Exercício																																																																																																																																																																																															
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	264	426	(53)																																																																																																																																																																																															
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	<u>(73)</u>	<u>(107)</u>	<u>–</u>																																																																																																																																																																																															
	2022	2022	2021																																																																																																																																																																																															
	2º Semestre	Exercício	Exercício																																																																																																																																																																																															
Despesas de aluguéis	(10)	(19)	(18)																																																																																																																																																																																															
Despesas de publicações	–	(63)	(60)																																																																																																																																																																																															
Despesas de serviços financeiros	(53)	(69)	(79)																																																																																																																																																																																															
Taxas de fiscalização	–	(11)	(76)																																																																																																																																																																																															
Outras despesas administrativas	(2)	(3)	(3)																																																																																																																																																																																															
Outras despesas operacionais	–	–	(27)																																																																																																																																																																																															
Total	(65)	(165)	(263)																																																																																																																																																																																															
<p>Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil cotas)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota</th> <th>2º Semestre 2022</th> <th>Exercícios 2022</th> <th>Exercícios 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas da intermediação financeira</td> <td></td> <td>345</td> <td>620</td> <td>221</td> </tr> <tr> <td>Resultado de operações com aplicações financeiras</td> <td>5</td> <td>345</td> <td>620</td> <td>221</td> </tr> <tr> <td>Resultado bruto da intermediação financeira</td> <td></td> <td>345</td> <td>620</td> <td>221</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas) operacionais</td> <td></td> <td>(81)</td> <td>(194)</td> <td>(274)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas administrativas</td> <td>10</td> <td>(65)</td> <td>(165)</td> <td>(263)</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias</td> <td>11</td> <td>(16)</td> <td>(29)</td> <td>(11)</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</td> <td></td> <td>264</td> <td>426</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td></td> <td>(73)</td> <td>(107)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão para imposto de renda</td> <td>9</td> <td>(35)</td> <td>(56)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contribuição social</td> <td>9</td> <td>(38)</td> <td>(51)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Lucro (Prejuízo) do semestre/exercícios</td> <td></td> <td>191</td> <td>319</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Lucro (Prejuízo) líquido por cota do capital social- R\$</td> <td></td> <td>0,05</td> <td>0,09</td> <td>(0,01)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i></p> <p>Demonstrações do Resultados Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2º Semestre 2022</th> <th>Exercícios 2022</th> <th>Exercícios 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios</td> <td>191</td> <td>319</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Resultado abrangente do semestre/exercícios</td> <td>191</td> <td>319</td> <td>(53)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i></p> <p>Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2º Semestre 2022</th> <th>Exercícios 2022</th> <th>Exercícios 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido (Prejuízo) ajustado</td> <td>191</td> <td>319</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido (Prejuízo)</td> <td>191</td> <td>319</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>Varição em Ativos Operacionais</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>– (Aumento)/Diminuição</td> <td>(218)</td> <td>(443)</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Interfinanceiras de liquidez</td> <td>(175)</td> <td>(360)</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Outros instrumentos financeiros</td> <td>(43)</td> <td>(83)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Varição em Passivos Operacionais – Aumento</td> <td>11</td> <td>109</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Aumento Outros Passivos</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Impostos Pagos</td> <td>10</td> <td>107</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) das Atividades Operacionais</td> <td>(16)</td> <td>(15)</td> <td>(33)</td> </tr> <tr> <td>Diminuição do caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(16)</td> <td>(15)</td> <td>(33)</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>No início do período</td> <td>82</td> <td>81</td> <td>114</td> </tr> <tr> <td>No fim do período</td> <td><u>66</u></td> <td><u>66</u></td> <td><u>81</u></td> </tr> <tr> <td>Diminuição do caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(16)</td> <td>(15)</td> <td>(33)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i></p> <p>11. Despesas Tributárias</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre</th> <th>Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>COFINS</td> <td>(14)</td> <td>(25)</td> <td>(9)</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>(2)</td> <td>(4)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td><u>(16)</u></td> <td><u>(29)</u></td> <td><u>(11)</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>12. Transações Entre Partes Relacionadas – As aplicações em depósitos interfinanceiros e as demais transações entre partes relacionadas estão a seguir demonstradas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ativo 12.2022</th> <th>Receita 2º Semestre 2022</th> <th>Receita 12.2022</th> <th>Ativo 12.2021</th> <th>Receita 12.2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banco VR S.A. (Controlador)</td> <td>66</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>81</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Disponibilidades em conta corrente</td> <td>66</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>81</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Aplicações em depósitos interfinanceiros</td> <td><u>5.664</u></td> <td><u>345</u></td> <td><u>620</u></td> <td><u>5.304</u></td> <td><u>221</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>13. Instrumentos Financeiros Derivativos – A Distribuidora não realizou, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, operações com instrumentos financeiros derivativos.</p> <p>14. Passivos Contingentes – A Distribuidora não possui nenhum tipo de contingência em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021.</p> <p>15. Limites Operacionais – A Distribuidora, mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com o Banco VR S.A., seu controlador, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional.</p>											Nota	2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021	Receitas da intermediação financeira		345	620	221	Resultado de operações com aplicações financeiras	5	345	620	221	Resultado bruto da intermediação financeira		345	620	221	Outras receitas (despesas) operacionais		(81)	(194)	(274)	Outras despesas administrativas	10	(65)	(165)	(263)	Despesas tributárias	11	(16)	(29)	(11)	Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		264	426	(53)	Imposto de renda e contribuição social		(73)	(107)	–	Provisão para imposto de renda	9	(35)	(56)	–	Provisão para contribuição social	9	(38)	(51)	–	Lucro (Prejuízo) do semestre/exercícios		191	319	(53)	Lucro (Prejuízo) líquido por cota do capital social- R\$		0,05	0,09	(0,01)		2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021	Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios	191	319	(53)	Resultado abrangente do semestre/exercícios	191	319	(53)		2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021	Lucro líquido (Prejuízo) ajustado	191	319	(53)	Lucro líquido (Prejuízo)	191	319	(53)	Varição em Ativos Operacionais				– (Aumento)/Diminuição	(218)	(443)	20	Aplicações Interfinanceiras de liquidez	(175)	(360)	20	Outros instrumentos financeiros	(43)	(83)	–	Varição em Passivos Operacionais – Aumento	11	109	–	Aumento Outros Passivos	1	2	–	Impostos Pagos	10	107	–	Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) das Atividades Operacionais	(16)	(15)	(33)	Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(16)	(15)	(33)	Caixa e equivalentes de caixa				No início do período	82	81	114	No fim do período	<u>66</u>	<u>66</u>	<u>81</u>	Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(16)	(15)	(33)		2022	2022	2021		2º Semestre	Exercício	Exercício	COFINS	(14)	(25)	(9)	PIS	(2)	(4)	(2)	Total	<u>(16)</u>	<u>(29)</u>	<u>(11)</u>		Ativo 12.2022	Receita 2º Semestre 2022	Receita 12.2022	Ativo 12.2021	Receita 12.2021	Banco VR S.A. (Controlador)	66	–	–	81	–	Disponibilidades em conta corrente	66	–	–	81	–	Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>5.664</u>	<u>345</u>	<u>620</u>	<u>5.304</u>	<u>221</u>
	Nota	2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021																																																																																																																																																																																														
Receitas da intermediação financeira		345	620	221																																																																																																																																																																																														
Resultado de operações com aplicações financeiras	5	345	620	221																																																																																																																																																																																														
Resultado bruto da intermediação financeira		345	620	221																																																																																																																																																																																														
Outras receitas (despesas) operacionais		(81)	(194)	(274)																																																																																																																																																																																														
Outras despesas administrativas	10	(65)	(165)	(263)																																																																																																																																																																																														
Despesas tributárias	11	(16)	(29)	(11)																																																																																																																																																																																														
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		264	426	(53)																																																																																																																																																																																														
Imposto de renda e contribuição social		(73)	(107)	–																																																																																																																																																																																														
Provisão para imposto de renda	9	(35)	(56)	–																																																																																																																																																																																														
Provisão para contribuição social	9	(38)	(51)	–																																																																																																																																																																																														
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercícios		191	319	(53)																																																																																																																																																																																														
Lucro (Prejuízo) líquido por cota do capital social- R\$		0,05	0,09	(0,01)																																																																																																																																																																																														
	2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021																																																																																																																																																																																															
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios	191	319	(53)																																																																																																																																																																																															
Resultado abrangente do semestre/exercícios	191	319	(53)																																																																																																																																																																																															
	2º Semestre 2022	Exercícios 2022	Exercícios 2021																																																																																																																																																																																															
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado	191	319	(53)																																																																																																																																																																																															
Lucro líquido (Prejuízo)	191	319	(53)																																																																																																																																																																																															
Varição em Ativos Operacionais																																																																																																																																																																																																		
– (Aumento)/Diminuição	(218)	(443)	20																																																																																																																																																																																															
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	(175)	(360)	20																																																																																																																																																																																															
Outros instrumentos financeiros	(43)	(83)	–																																																																																																																																																																																															
Varição em Passivos Operacionais – Aumento	11	109	–																																																																																																																																																																																															
Aumento Outros Passivos	1	2	–																																																																																																																																																																																															
Impostos Pagos	10	107	–																																																																																																																																																																																															
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) das Atividades Operacionais	(16)	(15)	(33)																																																																																																																																																																																															
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(16)	(15)	(33)																																																																																																																																																																																															
Caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																		
No início do período	82	81	114																																																																																																																																																																																															
No fim do período	<u>66</u>	<u>66</u>	<u>81</u>																																																																																																																																																																																															
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(16)	(15)	(33)																																																																																																																																																																																															
	2022	2022	2021																																																																																																																																																																																															
	2º Semestre	Exercício	Exercício																																																																																																																																																																																															
COFINS	(14)	(25)	(9)																																																																																																																																																																																															
PIS	(2)	(4)	(2)																																																																																																																																																																																															
Total	<u>(16)</u>	<u>(29)</u>	<u>(11)</u>																																																																																																																																																																																															
	Ativo 12.2022	Receita 2º Semestre 2022	Receita 12.2022	Ativo 12.2021	Receita 12.2021																																																																																																																																																																																													
Banco VR S.A. (Controlador)	66	–	–	81	–																																																																																																																																																																																													
Disponibilidades em conta corrente	66	–	–	81	–																																																																																																																																																																																													
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>5.664</u>	<u>345</u>	<u>620</u>	<u>5.304</u>	<u>221</u>																																																																																																																																																																																													
A Diretoria																																																																																																																																																																																																		
Ademar Ripke Júnior																																																																																																																																																																																																		
TC CRC 1SP 217.934/O-2																																																																																																																																																																																																		
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta</p>																																																																																																																																																																																																		
<p>Aos administradores e sócios da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e 12 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção</p>																																																																																																																																																																																																		
<p>a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 31 de março de 2023.</p>																																																																																																																																																																																																		
																																																																																																																																																																																																		
<p>KPMG Auditores Independentes CRC 2SP 027.685/O-0 "F" SP</p>																																																																																																																																																																																																		
<p>Luciana Liberal Sâmia Contadora – CRC 1SP 198.502/O-8</p>																																																																																																																																																																																																		

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 13.370.835/0001-85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17/05/2017 do Banco Central do Brasil (BCB) e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31/12/2022. A Dock IP oferece uma conta digital e um cartão pré-pago internacional VISA, controlado por um aplicativo desenvolvido para smartphone nas plataformas Android e iOS, bem como atua como provedor de serviço de PIX Indireto por meio do seu canal direto com SPI. Reduzindo, assim, significativamente a complexidade e os custos da sua operação, gerando aos seus clientes facilidade e controle de suas finanças. Em 09/04/2018 a BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

Em 01/10/2021 a BPP foi adquirida pela Dock Soluções em Meios de Pagamentos e autorizada a troca do controle acionário pelo BCB, com publicação em Diário Oficial em 10/12/2021. Em 14/07/2022 a Dock IP teve mudança da sua denominação social para Dock Instituição de Pagamento S.A., com publicação em Diário Oficial em 23/09/2022. No ano findo em 31/12/2022, a Receita Financeira apresentou crescimento de 123% quando comparada ao ano anterior. O aumento da taxa básica de juros (SELIC) no primeiro semestre de 2022 em conjunto com o crescimento das operações, resultaram em crescimento significativo das Receitas Financeiras associadas a operação das Contas Digitais e Cartões Pré-Pagos, uma vez que esses recursos são mantidos em Títulos Públicos Federais remunerados pela SELIC. Com destaque na Receita de Serviços, o produto Receita de Cobrança (boletos) apresentou expressivo crescimento,

mantendo sua taxa de crescimento dos anos anteriores. Com base em nossa revisão, concluímos que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Em reais mil)

ATIVO	Nota	BALANÇO PATRIMONIAL		PASSIVO	Nota	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2022 E PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021	
		31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		471.823	666.601	Passivo circulante		461.137	668.650
Disponibilidades	4	27.720	22.966	Contas de pagamento pré pago	3j	257.989	466.841
Títulos e valores mobiliários	5	329.583	460.413	Relações interfinanceiras	3k	147.555	161.505
Livres		4.499	2.407	Outras obrigações			
Vinculados conta pré paga		285.323	446.242	Fiscais e previdenciárias		2.242	2.104
Vinculados a prestação em garantias		39.761	11.764	Obrigações por transações de pagamentos	3l	30.239	32.387
Relações interfinanceiras	4a	103.162	176.910	Provisão para contingência	9	642	715
Outros créditos	6	11.358	6.312	Diversos	10	22.469	5.098
Não circulante		16.488	23.500	Patrimônio líquido		27.175	21.451
Realizável a longo prazo		-	178	Capital social		92.354	70.736
Outros créditos	6	-	178	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.618
Permanente		16.488	23.322	Ajuste de avaliação patrimonial		(88)	(182)
Imobilizado	7	563	1.304	Prejuízos acumulados		(65.091)	(55.722)
Intangível	8	15.925	22.018	Total do passivo e patrimônio líquido		488.311	690.101
Total do ativo		488.311	690.101				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 27º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopus Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades. Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial. A Companhia está em preparação para fusão dos negócios com a sua Controladora, Dock Soluções. O plano de negócios da Dock IP prevê que a partir da fusão a empresa esteja ainda mais apta para a execução de novos negócios e produtos, promovendo assim um crescimento sustentável a médio e longo prazo. A Dock IP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da companhia passaram a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular Bacen nº 3.959, de 4 de setembro de 2019, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 31 de março de 2023. **3. Principais políticas contábeis:**

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP. **b. Auração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento. **c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen. **d. Reconhecimento da Receita:** A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços. **e. Disponibilidades:** Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da companhia, conforme Circular Bacen nº 3.068/01: **I. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **II. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. **III. Títulos disponíveis para venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. **g. Imobilizado de uso:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **h. Intangível: I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8) segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. **II. Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. **I. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o mon-

te recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado por menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **J. Contas de Pagamento Pré-Pago:** Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R\$257.989 (R\$466.841 - 2021). **K. Relações interfinanceiras:** Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos, no montante de R\$147.555 (R\$161.505 - 2021), conforme disciplina a Circular BACEN nº 3.682, de 4 de novembro de 2013. **L. Obrigações por transações de pagamentos em moeda estrangeira:** Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior, no montante de R\$30.239 (R\$32.387 - 2021). **M. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: **I. Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **II. Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **III. Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e **IV. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas. **n. Rendas antecipadas:** Não há movimentações nesta rubrica. **o. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Dock IP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste. **p. IRPJ e CSLL:** A provisão para o IRPJ é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição tem como base de cálculo à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para o exercício de 2022, devido ao resultado do período não houve apuração. **q. Lucro / Prejuízo por ação:** É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício. **d. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa:** São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	1	11
Bancos - conta movimento	1.422	493
Disponibilidade em moeda estrangeira	26.297	22.462
Total	27.720	22.966

	31.12.2022	31.12.2021
a. Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados:	31.12.2022	31.12.2021
BACEN - Conta de Pagamento Instantâneo	103.162	176.910
Total	103.162	176.910

5. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo, o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	31.12.2022	31.12.2021
Livres - ativo circulante	4.499	2.407
Vinculados a prestação de garantias - circulante	285.323	446.242
Vinculados a prestação de garantias - realizável a longo prazo	39.761	11.764
Total	329.583	460.413

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento:

	31.12.2022	31.12.2021
Mantidos até o vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos vinculados à prestação de garantias (a)	17.253	11.528
Letras Financeiras do Tesouro (a)	22.508	236
Total	39.761	11.764

	31.12.2022	31.12.2021
Títulos disponíveis para venda	31.12.2022	31.12.2021
Títulos Vinculados em Contra Pré-Paga - LFT	285.323	446.242
CDB - Certif. de depósito bancário - livre	4.499	2.407
Total	289.822	448.649

	31.12.2022	31.12.2021
6. Outros Créditos - Diversos:	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	11.358	6.312
Valores a Receber	989	748
Créditos Tributários	7.600	1.985
Estoque	331	832
Bloqueio Judicial	684	461
Outros	1.754	2.286
Não Circulante	-	178
Carta Fiança	-	178
Total	11.358	6.490

7. Imobilizado:

	Taxa anual aquisição	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31.12.2022
Computadores e periféricos	20%	1.238	(1.163)	76
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.254)	57
Móveis e Utensílios	10%	637	(330)	307
Veículos	20%	198	(104)	94
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(77)	27
Imobilizado em andamento	-	247	(247)	-
Sistema de comunicação	20%	11	(8)	3
Total		3.746	(3.183)	563

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	01/07/2022 a	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços	33.590	66.909	65.065	
Receitas financeiras	15.600	24.287	10.865	
Receita de incentivo	-	-	361	
(-) Impostos incidentes sobre receitas	(4.368)	(8.744)	(8.071)	
Resultado operacional	12	44.822	82.452	68.220
Custo dos serviços prestados	13	(24.962)	(45.479)	(34.171)
Lucro bruto	19.860	36.973	34.049	34.049
Administrativas e gerais	14	(16.040)	(34.961)	(40.814)
Outras receitas e despesas	(4.927)	(9.943)	(6.069)	
Lucro / prejuízo operacional	15	(1.107)	(7.931)	(12.834)
Resultado financeiro		(503)	(1.439)	(939)
Resultado antes de IRPJ e CSLL	(1.610)	(9.370)	(13.773)	(13.773)
Lucro / prejuízo exercício	(1.610)	(9.370)	(13.773)	(13.773)
Qtde. Média de ações em circulação no exercício		98.360	98.360	89.916
Lucro por ação		(0,016)	(0,095)	(0,153)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO 2º SEMESTRE DE 2022 E PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	01/07/2022 a	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do período	(1.610)	(9.370)	(13.773)	(13.773)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.610)	(9.370)	(13.773)	(13.773)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	AFAC	Patrimonial	Ajuste de Prejuízos	Avaliação acumulada	dos	Total
Saldo em 1º/01/2021	57.737	-	(42)	(41.949)	-	-	15.746
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo do semestre	-	-	-	(6.727)	-	-	(6.727)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	13	-	-	-	13
Saldo em 30/06/2021	57.737	-	(29)	(48.676)	-	-	9.032
Aumento de capital social	12.999	-	-	-	-	-	12.999
AFAC	-	6.618	-	-	-	-	6.618
Lucro/prejuízo do semestre	-	-	-	(7.046)	-	-	(7.046)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(152)	-	-	(152)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	70.736	6.618	(181)	(55.722)	-	-	21.451
Aumento de capital social	21.618	-	-	-	-	-	21.618
AFAC	-	(6.618)	-	-	-	-	(6.618)
Lucro/prejuízo do semestre	-	-	-	(7.759)	-	-	(7.759)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	53	-	-	53
Saldo em 30/06/2022	92.354	-	(128)	(63.481)	-	-	28.745
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
AFAC	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo do semestre	-	-	-	(1.610)	-	-	(1.610)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	40	-	-	40
Saldo em 31/12/2022	92.354	-	(88)	(65.091)	-	-	27.175

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO 2º SEMESTRE DE 2022 E PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	01/07/2022 a	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
--	--------------	------------	------------	------------

Publicidade Legal

continuação

assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 929 (R\$ 2.395 em 31 de dezembro de 2021). **10. Diversos:**

Outras obrigações - Diversas	31.12.2022	31.12.2021
Despesa com pessoal	788	881
Fornecedores mercado interno*	20.551	3.210
Fornecedores mercado externo*	1.130	1.007
	22.469	5.098

* Do saldo apresentado nesta Rubrica em 2022, R\$ 15.748 é representado por valores dados em Garantia para as operações. **11. Capital Social:** O capital social no montante de R\$ 92.354.398,96 (R\$ 77.354.390,75 em dezembro de 2021), está representado por 98.360.834 ações (89.916.264 em 2021), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país. Em 23 de setembro de 2022 foi aprovada pelo BCB a integralização realizada em 25 de maio de 2022 do aumento de capital social no montante de R\$ 21.618.099,20, sendo que destes R\$6.618.090,99 já se encontravam registrados no balanço em 31/12/2021 como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. O aumento de capital ocorreu mediante a emissão de 8.444.570 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete) ações, totalizando 98.360.834 (noventa e oito milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e quatro) ações, todas nominativas.

a. Capital Regulatório: A Circular do Banco Central nº 3.681/2013 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses e equivalente aos saldos de moedas eletrônicas emitidas. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Dock IP é de R\$27.175, inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 29.898 e superior aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas no valor de R\$ 5.073. Encontram-se sob análise do BCB os protocolos das AGEs referente a Cisão Parcial e Incorporação da parcela cindida da Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A. que resulta em um aumento de Capital Social de R\$1.245, bem como a AGE contendo a capitalização do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Não Oneroso que resulta em um aumento de Capital Social de R\$219.550.

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
12. Resultado Líquido:				
Receita de serviços e outras	33.590	66.909	65.065	
Receita financeira	15.600	24.287	10.865	
Receita de Incentivo	-	-	361	
(-) impostos sobre receita operacional				
(-) COFINS	(2.985)	(6.046)	(5.327)	
(-) PIS	(551)	(1.184)	(1.390)	
(-) ISS	(832)	(1.514)	(1.354)	
Total	44.822	82.452	68.220	

13. Custos dos serviços prestados:

Bandeira	(8.678)	(16.275)	(10.944)
Armazenamento	(5.282)	(9.361)	(8.582)
Pix	(5.914)	(9.521)	(5.313)
Emissão de cartões	(2.615)	(4.802)	(4.325)
Processamento	(1.008)	(2.241)	(2.259)
Baas	(222)	(1.362)	(2.146)
Outros	(1.243)	(1.917)	(602)
	(24.962)	(45.479)	(34.171)

14. Despesas administrativas e gerais:

Pessoal	(5.754)	(12.321)	(10.794)
Amortização/Depreciação	(3.335)	(6.613)	(5.809)
Ocupação	(2.297)	(5.438)	(6.669)
Consultoria	(3.391)	(8.648)	(14.598)
Comissão sobre vendas	(302)	(966)	(1.914)
Utilidades e serviços	(417)	(642)	(777)
Outros	(544)	(333)	(253)
	(16.040)	(34.961)	(40.814)

15. Resultado Financeiro

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Recostas:				
Variação cambial ativa	5.118	16.618	11.528	
Outras	107	131	106	
	5.225	16.749	11.634	

Despesas:

Variação cambial passiva	(5.659)	(17.928)	(11.715)
Outras	(69)	(260)	(858)
	(5.728)	(18.188)	(12.573)
	(503)	(1.439)	(939)

16. IRPJ e CSLL

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ	(9.370)	(9.370)	(13.773)
CSLL	19.347	19.347	12.840
	(7.897)	(7.897)	(13.290)

17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos: Os acionistas e administradores da Dock

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Total	5.118	16.618	11.528	
Total	5.225	16.749	11.634	

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Total	5.118	16.618	11.528	
Total	5.225	16.749	11.634	

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Total	5.118	16.618	11.528	
Total	5.225	16.749	11.634	

	01.07.2022 a	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Total	5.118	16.618	11.528	
Total	5.225	16.749	11.634	

Em 31/12/2022 e 2021 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

18. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

19. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

20. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

21. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

22. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

23. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

24. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

25. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

26. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

27. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

28. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

29. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

30. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

31. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

32. Resultados Operacionais:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Result. antes da Trib. sobre o Lucro e Particip.	(9.370)	(9.370)	(13.773)
Adições temporárias	19.347	19.347	12.840
Exclusões temporárias	(17.874)	(17.874)	(12.357)
Lucro real tributável	(7.897)	(7.897)	(13.290)

IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida por sua acionista majoritária (Dock Soluções em Meio de Pagamentos). A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente desenvolveu políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BACEN, entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos: **I - Risco de liquidez** – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. Visando o atendimento da Circular 3.681/2013, a Dock implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. **II - Risco de crédito** – Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma. **III - Risco de mercado** – A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. **IV - Risco operacional** – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração. **18. Eventos Subsequentes:** Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

DIRETORIA

Marcelo Prudêncio Jacques - Diretor	Diogo Frenkel - Diretor
Daniilo da Silva Primo - Contador - CRC 1SP 310899/O-2	

Aos administradores e acionistas da Dock Instituição de Pagamento S.A.

Barueri – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Dock Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao fato de que em 31/12/2022, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R\$ 65.091 mil. As medidas que estão sendo tomadas pela Companhia para reverter essa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto. **Enfase: Capital regulatório:** De acordo com a nota explicativa número 11, em 31/12/2022, o patrimônio líquido da companhia é de R\$27.175, inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 29.898 e superior aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas no valor de R\$ 5.073, em desacordo com limites mínimos estipuladas na Circular do Banco Central nº 3.681/2013. A companhia aguarda a autorização de aumento de capital, protocolada junto ao Banco Central do Brasil em 31 de outubro de 2022, que reestabeleça os limites operacionais. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e

nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em

OTP S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Mensagem da Administração:** A Administração da OTP permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais stakeholders, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações de seus endividamentos, monetização de ativos contingentes e mitigação de passivos contingentes. O Brasil encerrou o ano como 12ª maior economia do mundo, segundo o ranking realizado pela agência de risco Austin Rating, após expansão de 2,9% do PIB (em comparação ao ano de 2021), impulsionada, principalmente, pela aceleração do setor de serviços após os impactos da pandemia e pelo aumento no consumo das famílias. No decorrer do ano, porém, a atividade perdeu ritmo, com desaceleração gradual da economia, chegando a apresentar queda no último trimestre. Em 2022, a Companhia manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos. A melhora na economia impulsionou as negociações para a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e na Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), onde espera uma desoneração de garantias prestadas a estes ativos em torno de R\$ 936 milhões e R\$ 136 milhões, respectivamente, mantendo assim o direcionamento estratégico definido por seus acionistas de redução dos passivos e garantias existentes. A previsão da Administração é que as alienações aconteçam no primeiro semestre de 2023. De forma paralela, para o caso de insucesso na transferência de controle da CRO, a Companhia, juntamente com a OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias"), permanece empreendendo os esforços necessários à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"). O requerimento do Processo de Devolução foi protocolado na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em 09 de dezembro de 2021. Nesse contexto, a CRO assinou no dia 04 de outubro de 2022 o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), o qual está condicionado à troca de controle acionário da CRO e contempla, dentre outros, os seguintes aspectos: (i) replanejamento da execução das obras em 8 anos; (ii) sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT. Além disso, em continuidade ao requerimento de devolução amigável, que qualifica o empreendimento para fins de relicitação, a CRO vem celebrando aditivos ao Contrato de Concessão ("TA Relicitação"), com a condição resolutiva caso os requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação sejam efetivados. As prorrogações visam permitir a conclusão dos trâmites previstos no TAC Plano de Ação – em especial, a transferência de controle societário da CRO para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR"). A ANTT já manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR durante a reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, estando condicionada à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo Governo do Estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação; e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista. Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TA Relicitação iniciará a sua eficácia e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO. A Companhia, juntamente com a OTP Rodovias e a CRO reiteram a sua confiança e comprometimento no encaminhamento regulatório que viabilize tempestivamente as melhorias necessárias ao sistema rodoviário e aos seus usuários juntamente com a segurança empresarial que necessita para sua operação. Também houve avanço nas negociações para a alienação da participação societária na Concessionária do VLT Carioca, culminada na assinatura, em 28 de fevereiro de 2023, de Contrato de

Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, sujeito a determinadas condições suspensivas. Se concluída a alienação, a Administração pretende desonerar a Companhia e a sua controlada OTP Mobilidade S.A. das obrigações e garantias entre R\$ 227 milhões e R\$ 136 milhões, assumidas por elas em contrato de financiamento do VLT Carioca junto ao BNDES. Ainda no âmbito das desmobilizações, a Administração permanece empenhada em busca da conclusão, pela controlada Agrovía do Nordeste S.A., do processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE ("Contrato de Arrendamento"), junto à Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, do Ministério dos Portos e Transportes. Conforme definido pela SNPTA, a definição da melhor forma da liquidação dos valores e as tratativas subsequentes, inerentes à gestão do contrato, deverão ser realizadas diretamente pela Autoridade Portuária. Adicionalmente, a Administração pretende dar sequência ao encerramento do Contrato de Parceria Público-Privada firmado pela Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT-GO") com o Estado de Goiás, uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para eficácia do referido contrato e que o acordo celebrado com terceiros em 2021 para prospectar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT-GO não prosperou. No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, compatibilizando o fluxo de ingressos financeiros das desmobilizações estruturadas dos ativos da Companhia com suas obrigações financeiras, evitando, assim, potenciais execuções judiciais ou excessões de garantias disruptivas para a Companhia. Com os avanços nos processos de desmobilização de ativos e desonerações de garantias, a OTP segue em tratativas com seus credores para reestruturação do seu endividamento. Nesse contexto, em 2022 foram realizadas amortizações financeiras pela Companhia e pela CRO, respectivamente, nos montantes de R\$ 63,9 milhões e R\$ 157,6 milhões. **Rentabilidade:** O EBITDA da Companhia e suas controladas ("Grupo"), ajustado pelos efeitos não recorrentes, foi negativo de R\$ 20,0 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 13,5 milhões, quando comparado ao ano de 2021. Essa melhoria está impactada principalmente pela redução das despesas gerais e administrativas, que reflete a redução de gastos com pessoas e serviços de terceiros no montante de R\$ 15,5 milhões. Com a mudança de classificação contábil do investimento detido na CRO, os resultados passam a ser apresentados em rubrica específica de operações descontinuadas, de modo que a demonstração dos resultados do Grupo deixou de refletir o EBITDA proveniente da concessionária, o qual fechou o exercício no montante de R\$ 297,0 milhões, representado pelo aumento 2,8% em comparação ao apurado em 2021, ocasionado principalmente pelo aumento de 4,6% na receita de pedágio. Com o incremento das taxas de juros pelo Banco Central Brasileiro em 2022, o resultado financeiro findou o ano negativo em R\$ 128,8 milhões, com aumento significativo no volume de despesas financeiras em relação ao ano anterior, sendo:

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2022	2021	Var. (%)
Receitas Financeiras	12.659	11.951	5,9%
Despesas Financeiras	(141.484)	(79.231)	78,6%
Resultado Financeiro Líquido	(128.825)	(67.280)	91,5%

O aumento nas despesas financeiras decorre principalmente da apropriação de juros sobre as dívidas corporativas que foram afetadas pela variação do CDI (em 2022, o CDI acumulado ao longo dos 12 meses foi de 12,38%, enquanto o de 2021 foi de 4,42%). **Governança Corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o

relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas. O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 7 (sete) membros titulares. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 4 (quatro) membros e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 3 (três) membros. Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho de Administração, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição. Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do Conselho de Administração, são atualmente integrados por membros do referido Conselho. **Compliance:** A OTP continua seguindo sua diretriz de atuação empresarial respaldada na manutenção e aprimoramento do seu Programa de Conformidade, tanto na Holding como em suas empresas investidas, tendo finalizado o processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras, com a devida certificação emitida em 2020. Em 2022, foram realizadas diversas ações dentro do Programa de Conformidade, merecendo destaque: i) manutenção das estruturas de governança de conformidade na holding e ativos com a realização das respectivas reuniões de reporte e acompanhamento conforme calendário previsto; ii) atualização de mais de 20 diretrizes entre políticas, procedimentos e instruções normativas relacionadas à temas de compliance; iii) manutenção do cronograma de treinamento, especialmente os realizados na admissão de novos integrantes; iv) manutenção do cronograma de comunicação com envio de mais de 110 peças de reforço sobre temas relacionados à cultura de integridade na holding e ativos; v) a realização de mais de 1.250 análises reputacionais de terceiros; vi) revisão da matriz de riscos da Holding e de suas empresas investidas, com o contínuo monitoramento de riscos corporativos, operacionais, financeiros e de integridade; vii) manutenção e divulgação da Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades e contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo. Em 2022, foram recebidos 148 novos relatos. Destes, 143 (97%) foram totalmente apurados e finalizados, resultando em mais de 40 medidas disciplinares aplicadas e 50 ações e consequências relacionadas à melhoria de processos. **Pessoas:** Em 2022, apesar do arrefecimento dos casos de contágio pelo vírus do COVID-19, mantivemos uma atuação vigilante, de controle e participativa da área de Pessoas & Organização junto aos Integrantes da Companhia. A OTP e suas investidas fecharam o ano de 2022 com um efetivo de 849 colaboradores, um número muito próximo ao efetivo registrado em 2021 (835 colaboradores). Esse efetivo é representado, quase que na sua totalidade, pela CRO. O número de Integrantes da Companhia continua refletindo o processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo de forma ordenada e preservando a qualidade e a segurança dos serviços prestados aos Usuários e stakeholders, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos. Não obstante este cenário, durante o exercício, realizamos diversas atividades direcionadas aos integrantes, com destaque para as ações desenvolvidas na CRO: (i) 36,2 mil horas de treinamentos; (ii) ações de endomarketing (data comemorativas); (iii) programa de acolhimento aos colaboradores (saúde mental), após eventos traumáticos. Essas ações contribuíram para que a CRO fosse eleita, pelo 3º ano consecutivo, uma das melhores empresas para se trabalhar no Mato Grosso, segundo pesquisa do GPW – Great Place to Work.

A Administração

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.400	79.566	113.305	194.137	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	982.339	911.413	1.045.645	1.915.467
Contas a receber	-	-	-	-	23.640	Fornecedores	-	2.024	3.166	2.331	134.147
Demais contas a receber	8	38.858	37.718	68.155	66.142	Obrigações sociais e trabalhistas	-	2.054	1.730	5.729	20.402
Tributos a recuperar	-	4.132	2.553	9.192	16.295	Impostos, taxas e contribuições sociais	-	137	213	1.259	12.731
Dividendos a receber	9	4.125	1.246	1.492	411	Arrendamento mercantil operacional	15	424	1.913	424	10.966
Outros ativos	-	4.812	4.666	2.452	22.300	Dividendos a pagar	9	-	-	1.755	557
		117.327	125.749	194.596	322.925	Outros passivos	-	6.327	18.476	8.144	23.561
								993.305	936.911	1.065.287	2.117.831
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10	-	-	2.126.693	-	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10	-	-	2.126.693	-
Ativo não circulante realizável a longo prazo						Passivo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	126.431	133.929	Fornecedores	-	-	-	-	4.356
Demais contas a receber	8	-	37.738	-	66.185	Arrendamento mercantil operacional	15	23.434	13.653	23.434	16.447
Partes relacionadas	9	4.765	4.155	-	-	Partes relacionadas	9	88.589	81.553	49.822	41.820
Depósitos judiciais	17	-	-	-	1.982	Provisão para perda de investimento	11	12.162	2.666	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	-	30.076	Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	17	1.286	-	1.286	3.235
Outros ativos	-	53	-	9.019	11.300	Provisão para conserva especial	19	-	-	-	150.899
		4.818	41.893	135.450	243.472	Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	18	-	-	-	873.584
Investimentos	11	287.735	321.068	78.450	88.576	Outros passivos	-	-	-	11.810	16.640
Imobilizado	12	16.509	12.500	70.695	70.289			125.471	97.872	86.352	1.106.981
Intangível	13	-	-	5	1.996.797	Total do passivo		1.118.776	1.034.783	3.278.332	3.224.812
		304.244	333.568	149.150	2.155.662	Passivo a descoberto					
Total do ativo não circulante		309.062	375.461	284.600	2.399.134	Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
						Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Total do ativo		426.389	501.210	2.605.889	2.722.059	Ajuste de avaliação patrimonial		31.373	30.826	31.373	30.826
						Prejuízos acumulados		(2.955.956)	(2.796.595)	(2.955.956)	(2.796.595)
						Participação dos acionistas não controladores	20	(692.387)	(533.573)	(692.387)	(533.573)
						Total do passivo e passivo a descoberto		426.389	501.210	2.605.889	2.722.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações contínuas	Nota	Controladora		Consolidado		Operações descontinuadas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Despesas operacionais						Participação dos atuais controladores e não controladores nas operações descontinuadas	10	(9.839)	(4.263)	748	(469.474)
Resultado de participações societárias	11 (b)	(15.687)	(425.253)	-	-	Prejuízo líquido do exercício		(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)
Gerais e administrativas	21	(11.857)	(14.367)	(23.621)	(32.120)	Atribuível a					
Outras receitas e despesas, líquidas	21	1.507	(62.355)	(10.120)	(15.647)	Acionistas da Companhia				(159.361)	(577.456)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(26.037)	(501.975)	(33.741)	(47.767)	Participação dos não controladores				1.334	1.785
Resultado de participações societárias	-	-	-	3.328	8.589	Participação dos não controladores nas operações descontinuadas				(486)	(264)
Resultado financeiro, líquido	22	(123.485)	(71.218)	(128.825)	(67.280)	Prejuízo líquido do exercício				(158.513)	(575.935)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(149.522)	(573.193)	(159.238)	(106.458)	Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)	23	(0,74)	(2,69)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(23)	(3)						
Prejuízo das operações contínuas		(149.522)	(573.193)	(159.261)	(106.461)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2021	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora		Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
		Capital social	Reserva de capital		
		1.610.713	621.483	45.566	87.420
Prejuízo do exercício das operações contínuas	-	-	-	1.785	(571.408)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-	-	-	(264)	(4.527)
Realização de ajuste de avaliação de controladas	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício				1.521	(575.935)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	20 (b)	-	-	4.428	6.457
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	(6.432)	(6.432)
Outras transações com não controladores	-	-	-	(14.263)	(14.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.610.713	621.483	30.820	(502.753)
Prejuízo do exercício das operações contínuas	-	-	-	(9.739)	(159.261)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-	-	-	(9.839)	748
Total resultado abrangente do exercício				848	(158.513)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	20 (b)	-	-	432	979
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores	10 (c)	-	-	(10.400)	(10.400)
Dividendos de controladas destinados a não controladores	10 (d)	-	-	(1.756)	(1.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.610.713	621.483	19.944	(672.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua ...

... continuação		OTP S.A.							
Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício atribuível a					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Acionistas da Companhia	(159.361)	(577.456)	(159.361)	(577.456)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(149.522)	(573.193)	(159.238)	(106.458)
Participação dos acionistas não controladores			848	1.521	Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	(9.839)	(4.263)	11.055	(464.825)
	(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)	Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia					Resultado de participações societárias	15.687	425.253	(3.328)	(8.589)
Operações continuadas	(149.522)	(573.193)	(159.261)	(571.408)	Depreciação e amortização	2.022	2.412	2.061	2.453
Operações descontinuadas	(9.839)	(4.263)	748	(4.527)	Baixa de ativo imobilizado e intangível	16	–	1.319	–
Resultado abrangente do exercício	(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)	Ajuste a valor presente	2.491	1.385	2.491	1.385
					Juros e variações monetárias, líquidos	140.291	56.299	148.894	40.791
					Provisão para contingência	1.286	–	1.286	–
					Impairment	–	58.741	–	6.699
					Outros	(3.439)	19.152	8.918	21.952
					Lucro (prejuízo) ajustado das operações	8.832	(9.951)	2.403	(41.767)
					Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício nas operações descontinuadas	–	4.263	394.567	767.874
					Lucro (prejuízo) ajustado das operações descontinuadas	(9.839)	–	405.622	303.049
					Variáveis dos ativos e passivos				
					Contas a receber	–	–	–	627
					Demais contas a receber	38.588	39.053	67.683	68.498
					Tributos a recuperar	(1.579)	(12)	(4.129)	1.407
					Outros ativos	(199)	3	12.400	(9.758)
					Fornecedores	(1.142)	350	(1.931)	29.174
					Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	1.008	1.300	(1.313)	(3.904)
					Outros passivos	75	(830)	(3.341)	1.759
					36.751	39.864	69.369	87.803	
					Pagamento de juros e encargos financeiros	(9.299)	–	(9.299)	(454)
					Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(1.084)	6.542
					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.284	29.913	61.389	52.124
					Variáveis nos ativos e passivos das operações descontinuadas	–	–	(131.055)	(18.489)
					Juros pagos das operações descontinuadas	–	–	(54.758)	(50.500)
					Imposto de renda e contribuição social pagos das operações descontinuadas	–	–	(2.896)	(6.542)
					Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	(9.839)	–	216.913	227.518
					Fluxo de caixa das atividades de investimento				
					Adições ao investimento	(841)	(1.211)	–	(9.524)
					Redução de capital social em investidas	15.600	12.476	(10.400)	–
					Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.253	–	419	–
					Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	16.012	11.265	(9.981)	(9.524)
					Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nas operações descontinuadas	–	–	(149.931)	(80.356)
					Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
					Dívidas de curto e longo prazos, líquida	–	–	–	–
					Amortização de principal	(54.664)	(21.268)	(54.664)	(21.962)
					Arrendamento mercantil	–	–	–	–
					Baixas de arrendamento	(233)	(5.515)	(233)	(17.886)
					Partes relacionadas	–	–	–	–
					Recursos liberados	(1.726)	(1.273)	–	–
					Recursos recebidos	–	39.733	–	–
					Pagamento de dividendos a não controladores	–	–	(557)	–
					Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(56.623)	11.677	(55.454)	(39.848)
					Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos nas operações descontinuadas	–	–	(105.115)	(56.760)
					Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	(38.653)	1.313
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.166)	52.855	(80.832)	94.467
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.566	26.711	194.137	99.670
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	65.400	79.566	113.305	194.137
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.166)	52.855	(80.832)	94.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações Gerais – A OTP S.A. (“Companhia” ou “OTP”), de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”, com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”). Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP e suas empresas controladas, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Exceto quanto a uma das empresas, que solicitou desistência do pedido após acordo firmado com os seus credores, todos os pedidos foram homologados. **(a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)** A CRO, controlada indireta, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. **(i) Tratativas para a solução do Contrato de Concessão junto à ANTT:** O plano de negócios da CRO previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo. Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia, em conjunto com as suas controladas OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”) e CRO, tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos. Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determinava que a CRO realizasse, em 30 dias, um plano de trabalho para retomada dos investimentos, com prazo de até 180 dias para a conclusão de determinadas obras. Em caso de descumprimento, a ANTT realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade. Nesse contexto, a CRO apresentou, em 31 de março de 2021, a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) para saneamento das inexecuções contratuais, “TAC Plano de Ação” e “TAC Multas”. Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de caducidade, cuja resposta foi apresentada pela CRO em 09 de dezembro de 2021, com o encaminhamento de requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957/2019. Adicionalmente determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957/2019. Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT – trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submeteu ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/2022, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob contrato de concessão assinado pela CRO. Como parte das tratativas junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência a troca de controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A proposta tramitou em procedimento administrativo sob análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão, unânime, da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC. Assim, no dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o TAC Plano de Ação, condicionada a troca de controle acionário da CRO. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT. Em continuidade ao requerimento para aderir ao Processo de Relicitação do contrato de concessão para devolução amigável, protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 (“TA Relicitação”) nos termos da Lei 13.448/2017, que passou a vigor em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutive de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação da troca de controle. No dia 05 de dezembro de 2022, após a Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (“TA Relicitação”). A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação, visa permitir que se conclua os trâmites previstos no TAC Plano de Ação – em especial, a transferência de controle societário da CRO, que está em negociação pela Companhia, em conjunto com a OTP Rodovias S.A.. O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da CRO perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da Concessionária; e (iii) a conclusão da governança das atuais acionistas da CRO. Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TA Relicitação iniciará a sua vigência e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO. **(ii) Troca de controle da CRO:** A Companhia, em conjunto com sua controlada OTP Rodovias, permanecem empenhadas para a efetivação da alienação de controle acionário da CRO, estando em um estágio avançado de negociações junto à empresa de economia mista Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”). A troca de controle possibilitará a CRO viabilizar as melhorias necessárias ao Sistema Rodoviário e aos seus usuários, com a segurança empresarial necessária à sua operação. Nesse contexto, no dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência de controle acionário da CRO e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação. Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionada à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação e (ii) integralização no capital social da CRO dos mútuos em aberto com a Companhia e a OTP Rodovias. Caso a alienação não seja efetivada, o TAC Plano de Ação deixará de atingir sua eficácia, iniciando-se assim a vigência do TA Relicitação, conforme mencionado no item (i) acima. **(iii) Passivo Regulatório junto à ANTT:** A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da CRO entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, o painel arbitral já instaurado. Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. A arbitragem, atualmente, encontra-se em fase instrutória, as provas deferidas até o momento: Perícias (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; (iv) engenharia de rodovias. A última movimentação no processo arbitral se refere ao deferimento, a pedido das Partes, da suspensão do procedimento até 17 de fevereiro de 2023 que, caso seja retomado, incorrerá o prazo para as partes se pronunciarem sobre a manifestação apresentada a respeito do conteúdo preliminar do laudo pericial emitido pelos peritos, além de impugnação aos quesitos complementares apresentados por cada Parte. Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União (“TCU”) na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro de 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no âmbito recursal foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que se conclua o devido processo administrativo junto à ANTT. De modo a preservar a estabilidade do patamar tarifário, o TAC Plano de Ação firmado com a ANTT no dia 04 de outubro de 2022, estabelece como obrigação da ANTT: (i) a solicitação de autorização do TCU para suspensão, durante todo o período do TAC, dos impactos econômicos e financeiros decorrentes das determinações já exaradas ou ainda a ser proferidas pela Corte de Contas nos Processos TC nº 032.830/2016-5 e 023.217/2015-4 e (ii) acolhimento pelo TCU dos requerimentos formulados pela ANTT sobre a suspensão dos eventuais impactos econômico-financeiros dos processos em tramitação sem qualquer impacto tarifário, durante todo o período de execução do TAC. Em 16 de dezembro de 2022, a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC. Desta forma, ainda não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões que envolvem o passivo regulatório e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias, na eventualidade da não ocorrência da troca de controle. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)** A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”), na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP, o que não ocorreu até o momento. A Companhia, por intermédio de terceiros, vinha prospectando potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO, no entanto não houve evolução nesse processo, de modo que está avaliando eventual rescisão do Contrato de PPP. **Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT RJ”)** O VLT RJ, investida indireta, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, um Contrato de PPP, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP do VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente,

continua ...

... continuação

OTP S.A.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos ("Impairment")** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável. O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota 16. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias:** A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos defeitos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **f) Provisão para Conserva Especial:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

4. Gestão de Risco Financeiro – 4.1. Fatores de Risco Financeiro: a) Considerações Gerais: As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços. A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. **c) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa sujeita para atendimento às necessidades operacionais dos negócios. **d) Risco de Crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito referem-se, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes. **e) Risco de Mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas atualmente contratadas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDI") e da Taxa de Depósito Interfinanceiro ("DI"). As empresas controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA, sendo essa a situação na maioria dos casos das empresas da Companhia. **4.2. Gestão de Capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos. O Grupo monitora a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.045.645	1.915.467
Caixa e equivalentes de caixa	6	(113.305)	(194.137)
Títulos e Valores Mobiliários	7	(126.431)	(133.929)
Dívida líquida		805.909	1.587.401
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	20	(692.387)	(533.573)
Total do capital próprio e de terceiros		113.522	1.053.828
Índice de alavancagem financeira – %		710%	151%

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – Consolidado – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	–	113.305	194.137
Títulos e Valores Mobiliários	7	126.431	133.929	–	–
Contas a receber	–	–	–	–	23.640
Demais contas a receber	8	–	–	68.155	132.327
Outros ativos	–	–	–	11.471	33.600
		126.431	133.929	192.931	363.704
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	–	1.045.645	1.915.467
Fornecedores	–	–	–	2.331	138.503
Arrendamento mercantil operacional	15	–	–	23.858	27.413
Partes relacionadas	9	–	–	49.822	41.820
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	–	19.954	40.201
		–	–	1.141.610	2.163.404

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recursos em bancos e em caixa	138	669	1.395	41.352
Aplicações financeiras (a)	65.262	78.897	111.910	152.785
	65.400	79.566	113.305	194.137

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 93% e 113% do CDI (2021 – 96% e 127% do CDI). Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 126.431 (2021 – R\$ 133.929) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário

b) Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Operações descontinuadas	2022						2021					
	Ativos não circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada		Total de efeitos		Ativos não circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada		Total de efeitos	
	CRO	Eliminações	OTP	Agrovía			CRO	Eliminações	OTP	Agrovía		
Receita líquida	635.296	–	–	–	635.296	–	–	5.810	–	610.982	–	616.792
Custo dos serviços prestados	(382.020)	–	–	(4)	(382.024)	–	–	(3.215)	–	(379.148)	(2)	(382.365)
Lucro (prejuízo) bruto	253.276	–	–	(4)	253.272	–	–	2.595	–	231.834	(2)	234.427
Despesas gerais e administrativas	(44.593)	11.073	–	(807)	(34.327)	–	–	(1.599)	–	(31.064)	(953)	(33.616)
Outras despesas, líquidas	881	–	–	–	881	–	–	–	–	(469.833)	–	(469.833)
Resultado operacional	209.564	11.073	–	(811)	219.826	–	–	996	–	(269.063)	(955)	(269.022)
Equivalência patrimonial	–	–	(10.297)	–	–	–	–	–	–	(44.845)	(5.493)	(44.845)
Impairment	–	(63.034)	–	–	(63.034)	–	–	–	–	–	1.489	1.489
Alienação de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	(9.884)	–	–	–	(9.907)
Resultado financeiro líquido	(136.223)	–	458	(9.972)	(145.737)	(417)	–	(973)	–	(136.506)	158	(142.540)
Resultado antes do imposto	73.341	(51.961)	(9.839)	(10.783)	11.055	(417)	–	(9.884)	23	(450.414)	(3.846)	(464.825)
Imposto de renda e contribuição social	(10.307)	–	–	–	(10.307)	–	–	–	–	(4.649)	–	(4.649)
Lucro (prejuízo) do exercício	63.034	(51.961)	(9.839)	(10.783)	748	(417)	–	(9.884)	23	(455.063)	(3.846)	(469.474)

continua ...

constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação das cotas foi de R\$ 7.498 (2021 – R\$ 3.580), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
38.858	75.456	68.155	132.327	
38.858	75.456	68.155	132.327	
38.858	37.718	68.155	66.142	
–	–	–	–	

8. Demais Contas a Receber

Linha Universidade S.A.

Ativo circulante

Ativo não circulante

A Companhia e a sua controlada OM possuem valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"). Tais valores decorrem basicamente dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construcción S.A., dividido em 4 parcelas anuais, remuneradas a 3% a.a.. Em 2022 foram recebidos os montantes de R\$ 38.588 pela OTP e R\$ 29.095 pela OM, totalizando R\$ 67.683, restando em aberto a 4ª e última parcela, com vencimento em outubro de 2023.

9. Partes Relacionadas – (i) Saldos e Transações com Empresas Ligadas

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado
	Outros Dividendos a receber	Partes relacionadas a receber	Partes relacionadas a receber	Adiantamento a fornecedores	Fornecedores a pagar	Dividendos a pagar	Partes relacionadas		
Agrovía (a)	–	–	3.363	–	–	–	–	456	
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	279	–	–	–	–	–	–	–	
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)	–	1.492	–	–	–	–	–	418	
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	723	–	–	274	–	–	–	(767)	
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	73	–	–	–	–	–	–	(2.297)	
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	–	–	–	–	–	49.822	–	(5.705)	
OTP Mobilidade S.A. ("OM") (a) (b) (d)	1.907	2.633	1.402	–	495	–	–	154	
OTP Rodovias (b) (e)	1.095	–	–	–	17	–	–	(48)	
31 de dezembro de 2022	4.077	4.125	4.765	786	88.589	–	–	(7.789)	
31 de dezembro de 2021	4.643	1.246	4.155	1.350	81.553	–	–	(8.542)	

Consolidado

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado
	Outros Dividendos a receber	Partes relacionadas a receber	Partes relacionadas a receber	Adiantamento a fornecedores	Fornecedores a pagar	Dividendos a pagar	Partes relacionadas		
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	314	–	–	–	–	–	–	–	
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)	–	1.492	–	–	–	–	–	418	
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.869	–	–	290	–	–	–	(1.164)	
Guaraná Urban Mobility Incorporated ("GUMI") (f)	–	–	–	–	1.755	–	–	–	
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	244	–	–	–	–	–	–	–	
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	100	–	–	–	–	–	–	(2.297)	
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	–	–	–	–	–	49.822	–	(5.705)	
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (b)	2	–	–	–	–	–	–	–	
31 de dezembro de 2022	2.529	1.492	–	290	1.755	49.822	–	(8.748)	
31 de dezembro de 2021 (g)	1.934	411	71.402	110.564	557	41.820	–	(24.683)	

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovía e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado. (b) Os valores apresentados em Outros ativos e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da alienação de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia. (d) Os valores apresentados em Dividendos a Receber referem-se a dividendos e/ou juros sobre capital próprio, aprovados pelas investidas, a favor da Companhia, conforme destacado na Nota 10(c). (e) O valor apresentado em Partes relacionadas no Passivo (na Controladora) decorrem de operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação das participações detidas nas Concessionárias Rota dos Coqueiros S/A ("CRC"), Concessionária Bahia Norte S/A ("CBN") e Concessionária Rota do Atlântico S/A ("CRA"), pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia. (f) Refere-se a dividendos a pagar pela OM à Gumi relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito na Nota 10(c). (g) Em 2021, os saldos apresentados em Adiantamento a fornecedores e a parte do saldo apresentado em Fornecedores, nos montantes respectivos de R\$ 71.402 e R\$ 103.326, no Consolidado, decorriam de saldos contratuais da CRO com a OECI em função do contrato de execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT ("Contrato EPC"), o qual foi encerrado em 07 de dezembro de 2022, com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitações amplas e recíprocas em relação aos seus respectivos direitos e obrigações. (ii) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro, totalizaram:

	Controladora	
	2022	2021
Salários	5.042	7.172
Encargos	1.008	1.371
Previdência complementar	42	126
Outros	35	82
	6.127	8.751

10. Ativos Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas – Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovía e a reclassificação do investimento na CRO para "Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação", descritos na Nota 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessas empresas passaram a ser apresentados de forma aglutinada, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir. **a) Saldo Patrimonial em 31 de dezembro**

	Ativos não circulantes mantidos para negociação		
	2022	CRO	Eliminações
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	27.548	–	27.548
Contas a receber	28.568	–	28.568
Tributos a recuperar	3.144	–	3.144
Outros ativos	13.266	–	13.266
Ativo circulante	72.526	–	72.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.647	–	26.647
Outros ativos	5.743	–	5.743
Imobilizado	1.529	–	1.529
Intangível	2.020.248	–	2.020.248
Ativo não circulante	2.054.167	–	2.054.167
Total do ativo	2.126.693	–	2.126.693

	Ativos não circulantes mantidos para negociação		
	2022	CRO	Eliminações
Passivo			

... continuação

OTP S.A.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2022														2021	
	Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada			Total de efeitos	Ativos circulantes mantidos para negociação				Operação descontinuada			Total de efeitos		
	CRO	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações		OTP	OT Rodovias	CRC	Eliminações	CRO - Nota 1(f)	OTP	Agrovia		Eliminações	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	73.341	(51.961)	(9.839)	(10.783)	10.297	11.055	(417)	(9.884)	23	(23)	(450.414)	(3.846)	(5.757)	5.493	(464.825)	
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	66.906	-	-	5	-	66.911	-	1.268	-	-	59.288	-	7	-	60.563	
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício	172.183	-	(458)	9.971	-	181.696	417	1.082	-	-	135.075	-	4.787	-	141.361	
Depreciação e amortização	-	-	10.297	-	(10.297)	-	-	-	-	-	44.845	5.493	-	(5.493)	44.845	
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	63.034	-	-	-	63.034	-	-	-	-	466.190	(1.489)	-	-	464.701	
Equivalência patrimonial	8.662	-	-	-	-	8.662	-	102	-	-	55.609	-	(585)	-	55.126	
Impairment	(551)	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisão para conserva	71.630	-	-	-	-	71.630	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	9.884	-	23	-	-	-	-	9.907	
Ajuste a valor presente	3.185	-	-	-	-	3.185	-	-	-	-	(9.287)	-	-	-	(9.287)	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	820	(158)	-	-	658	
Total de ajustes para reconciliação	322.015	63.034	9.839	9.976	(10.297)	394.567	417	9.884	2.448	23	752.540	3.846	4.209	(5.493)	767.874	
Variação nos ativos e passivos	(131.055)	-	-	-	-	(131.055)	-	(4.427)	(208)	-	(13.991)	-	137	-	(18.489)	
Caixa proveniente das operações	264.301	11.073	-	(807)	-	274.567	-	(4.427)	2.263	-	288.135	-	(1.411)	-	284.560	
Juros pagos	(54.758)	-	-	-	-	(54.758)	-	(1.212)	-	-	(48.834)	-	(454)	-	(50.500)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.896)	-	-	-	-	(2.896)	-	-	-	-	(6.542)	-	-	-	(6.542)	
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	206.647	11.073	-	(807)	-	216.913	-	(4.427)	1.051	-	232.759	-	(1.865)	-	227.518	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(137)	-	-	-	-	(137)	-	(14)	-	-	(1.144)	-	-	-	(1.158)	
Adições ao imobilizado	(137)	-	-	-	-	(137)	-	(14)	-	-	(1.144)	-	-	-	(1.158)	
Adições ao intangível	(150.635)	-	-	-	-	(150.635)	-	(448)	-	-	(164.104)	-	-	-	(164.552)	
Adições aos investimentos	-	-	-	-	841	841	-	75.879	-	-	9.524	-	-	-	85.403	
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	(49)	
Total	(150.772)	-	-	-	841	(149.931)	-	75.879	(511)	-	(155.724)	-	-	-	(80.356)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(1.990)	-	-	-	-	(1.990)	-	-	-	-	(4.496)	-	-	-	(4.496)	
Pagamento de custos de transação	(1,990)	-	-	-	-	(1,990)	-	-	-	-	(4,496)	-	-	-	(4,496)	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.869)	-	-	-	-	(102.869)	-	(1.641)	-	-	(52.276)	-	(693)	-	(54.610)	
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	(204)	-	-	-	-	-	-	(204)	
Recursos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.147	-	1.147	
Partes relacionadas	(19.232)	-	-	-	-	(19.232)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital social	18.976	-	-	841	(841)	18.976	-	-	-	-	-	-	1.403	-	1.403	
Total	(105.115)	-	-	841	(841)	(105.115)	-	(1.845)	-	-	(56.772)	-	1.857	-	(56.760)	
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	49.240	(11.073)	-	(34)	-	38.133	-	-	-	-	-	-	8	-	1.313	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	71.452	-	-	20.263	-	-	-	91.715	

11. Investimentos - a) Informações sobre as Investidas - Controladora

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Agrovia do Nordeste S.A.	54.781.447	53.940.447	95,51	95,46	(12.733)	(2.793)	(10.782)
OTP Mobilidade S.A.	38.908.258	54.508.258	60,00	60,00	68.324	95.010	2.724	(1.176)
OTP Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	173.137	179.550	(6.413)	(417.648)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	70.936	81.844	(10.908)	(8.352)

b) Movimentação dos Investimentos - Controladora

	Saldo no início do exercício		Adições	Baixas	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Operações descontinuas	Dividendos	Outros	Saldo no final do exercício
	exercício	exercício									
Investimentos	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.668
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.668
OTP Mobilidade S.A.	57.006	-	(15.600)	-	1.634	-	587	(2.633)	-	-	40.994
OTP Rodovias S.A.	179.550	-	-	(6.413)	-	-	-	-	-	-	173.137
OTP SPV Participações S.A.	81.844	-	-	(10.908)	-	-	-	-	-	-	70.936
Total	321.068	-	(15.600)	(15.687)	587	-	(2.633)	-	-	-	287.735

Provisão para perdas em investimento

	2022	2021
Agrovia do Nordeste S.A.	(2.666)	841
31 de dezembro de 2022	318.402	841
31 de dezembro de 2021	757.501	1.403

c) Movimentações Societárias - Controladora: Em 07 de janeiro de 2022, foi aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 26.000, com o cancelamento de 26.000.000 de ações, mediante devolução em moeda corrente, realizada em 01 de fevereiro de 2022, sendo R\$ 15.600 para a Companhia e R\$ 10.400 para a Gumi. Ao longo do exercício 2022, a Companhia subscreu 841.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R\$ 841, que foram totalmente integralizadas em moeda nacional corrente, sendo o recurso destinado à cobertura de despesas ordinárias da controlada. Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 23.293, com o cancelamento de 23.292.881 de ações, mediante devolução em moeda corrente, realizada em 23 de dezembro de 2022, sendo R\$ 13.976 para a Companhia e R\$ 9.317 para a Gumi, a ser reconhecido e pago em 2023. d) Dividendos: Em 01 de fevereiro de 2022, ocorreu o pagamento de dividendos devidos pela OM aos seus acionistas sendo R\$ 835 para a Companhia e R\$ 557 para a Gumi. Em 22 de junho de 2022, foi deliberado, em Assembleia Geral, a destinação de dividendos por parte da OM, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 3.707, sendo R\$ 2.224 a favor da Companhia e R\$ 1.483 a favor da Gumi. A Administração da OM propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 681, sendo: R\$ 408 para a Companhia e R\$ 273 para a Gumi, a serem deliberados na próxima Assembleia Geral Ordinária da OM. Em 2022, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre capital próprio, nos montantes respectivos de R\$ 375 e R\$ 43, restando a receber o montante de R\$ 1.493, sendo R\$ 1.125 de dividendos acionais e R\$ 368 de juros sobre capital próprio.

e) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos - Consolidado

	Saldo no início do exercício		Equivalência Impairment		Ajustes de avaliação patrimonial	Saldo no final do exercício
	exercício	exercício	patrimonial	ment		
Investimentos	2.668	-	-	-	-	2.668
CLN	2.668	-	-	-	-	2.668
MOVE SP	4.064	-	-	782	-	4.846
RTP	81.844	-	(10.908)	-	-	70.936
VLT RJ	-	12.666	(27.099)	(391)	13.845	979
31 de dezembro de 2022	88.576	12.666	(27.099)	(10.517)	13.845	78.540
31 de dezembro de 2021	92.865	-	(4.076)	(6.909)	10.464	88.576

(*) Participação societária detida pela OM na Move SP, que permanece ativa até o cumprimento de todos os direitos e obrigações da empresa. (**) Participação residual indireta na Supervia detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. (***) Investimento detido pela controlada OM registro com impairment integral. As variações de participação, ocorridas em função da diluição mencionada na Nota 1 (a), são refletidas em contrapartida ao ajuste de avaliação patrimonial na OM e contabilizadas de forma reflexa na OTP pela participação correspondente.

12. Imobilizado - Consolidado

	Edificações e benfeitorias		Máquinas, equipamentos e instalações		Móveis e utensílios		Veículos e embarcações		Direito de uso (*)		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Custo	40.250	33.901	33.901	32.419	1.224	2.581	25.999	104.064	2.101.374	1.224	2.101.374
Depreciação acumulada	(5.961)	(7.667)	(936)	(1.351)	(6.129)	(22.044)	-	-	-	-	(22.044)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	34.289	26.234	397	1.230	19.870	82.020	-	-	-	-	82.020
Adições	77	762	19	286	921	2.065	-	-	-	-	3.765
Baixas, líquidas de depreciação	(4.091)	-	-	(102)	(6.252)	(10.445)	-	-	-	-	(16.749)
Depreciação	(302)	(370)	(118)	(443)	(2.118)	(3.351)	-	-	-	-	(6.049)
Saldo	29.973	26.626	298	971	12.421	70.289	-	-	-	-	70.289
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	87.059	-	-	-	-	87.059
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(16.770)	-	-	-	-	(16.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.973	26.626	298	971	12.421	70.289	-	-	-	-	70.289
Remensuração de contrato (**)	-	-	-	-	6.047	6.047	-	-	-	-	12.094
Baixas, líquidas de depreciação	(277)	(1.021)	(6)	(15)	(1.319)	(2.057)	-	-	-	-	(4.719)
Depreciação	-	(34)	(42)	(1.981)	(2.057)	-	-	-	-	-	(4,076)
Mantidos para negociação (***)	(183)	(927)	(184)	(971)	-	(2.265)	-	-	-	-	(4,076)
Saldo	29.513	24.644	66	-	16.472	70.695	-	-	-	-	70.695
Custo	31.674	30.030	700	95	22.265	84.764	-	-	-	-	84.764
Depreciação acumulada	(2.161)	(5.386)	(634)	(95)	(5.793)	(14.069)	-	-	-	-	(14,069)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.513	24.644	66	-	16.472	70.695	-	-	-	-	70.695

(*) Representa os direitos de uso relativos a contratos de arrendamento mercantil. (

Publicidade Legal

TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

CNPJ/MF nº 31.345.107/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Em 17/08/2018, a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia" ou "TAG") foi constituída. Em 19/10/2020, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Companhia, uma infraestrutura de mercado financeiro que tem por objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o Banco Central do Brasil postergou a data originalmente prevista para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou suas operações, de fato, no fim do segundo trimestre de 2021, em 07 de junho, em consonância com a regulamentação instituída pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução do CMN nº 4.734/19 e alterações. Com o início das operações em 07/06/2021, e dificuldades enfrentadas pelo sistema de interoperabilidade das registradoras nas primeiras semanas de funcionamento, a Companhia teve um aumento expressivo nos seus custos e despesas, o que resultou em uma piora do resultado líquido. Porém, com a estabilização da operação, a TAG iniciou um forte trabalho na redução de custos e otimização operacional, obtendo assim uma drástica redução dos custos e

despesas ao longo do exercício de 2022. Em paralelo aos esforços para a redução de custos, houve uma reprecificação dos produtos oferecidos, aumentando assim a receita da Companhia. A empresa segue trabalhando para oferecer uma plataforma de infraestrutura tecnológica de ponta para o mercado brasileiro. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31/12/2022, os ativos totalizaram R\$ 132,5 milhões, apresentando um aumento de R\$ 40,4 milhões em relação ao total de ativos em 31/12/2021, no montante de R\$ 92,1 milhões. Esse aumento se deu principalmente por disponibilidade de saldo em conta mantida na Stone Instituição de Pagamento S.A, totalizando R\$ 53,7 milhões em 31/12/2022. No período registramos ativos diferidos no montante de R\$ 7,7 milhões e encerramos o período com R\$ 13,0 milhões em aplicações financeiras. **Patrimônio líquido:** Em 31/12/2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 91,7 milhões, representando um aumento de R\$ 30,5 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31/12/2021, no montante de R\$ 61,2 milhões. Em 31/12/2022, o capital social da TAG é representado por 125.841.778 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 75,7 milhões, totalmente subscritas e integralizadas. Em 31/12/2022, a principal variação no patrimônio líquido foi o lucro apurado no exercício de 2022, no

montante de R\$ 34,1 milhões, seguida de destinações de dividendos no montante de R\$ 4,4 milhões. **Resultado:** No exercício findo em 31/12/2022, a TAG apurou lucro líquido de R\$ 34,1 milhões, enquanto no exercício findo em 31/12/2021, o prejuízo foi de R\$ (6,5) milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **• Receitas operacionais:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta e conciliação e anuência, totalizaram R\$ 164,3 milhões, líquido de impostos no exercício findo em 31/12/2022, representando um aumento de 48,3%, em relação às receitas operacionais de R\$ 110,8 milhões no exercício findo em 31/12/2021. **• Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados de processamento de dados totalizou R\$ 64,7 milhões no exercício findo em 31/12/2022, 29% menor que os custos apurados no exercício findo em 31/12/2021, no montante de R\$ 91,1 milhões. **• Despesas de pessoal:** O aumento de R\$ 16,2 milhões em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da TAG, reflexo do crescimento da Companhia. No exercício findo em 31/12/2022 o montante foi de R\$ 40,9 milhões, enquanto no exercício findo em 31/12/2021 foi de R\$ 23,1 milhões.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	31/12/2022	31/12/2021	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
ATIVO								
Circulante	112.878	72.509						
Caixa e equivalentes de caixa	66.699	33.079	15.956	486	-	-	(9.001)	7.441
Disponibilidades	53.650	30	109.886	-	-	-	-	109.886
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.049	33.049	(50.114)	-	-	-	-	(50.114)
Instrumentos financeiros	29.576	31.252		479	-	-	-	479
Rendas a receber	40.855	41.449		-	-	-	(6.516)	(6.516)
(-) Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	(11.279)	(10.197)		-	-	-	-	-
Outros créditos	16.603	8.178						
Impostos e contribuições a compensar	10.226	1.745		590	-	-	-	590
Despesas antecipadas	5.632	6.285		-	-	-	-	-
Imposto de renda a recuperar	622	93		-	-	-	-	-
Outros ativos	123	55		-	930	-	(930)	-
Não circulante	19.670	19.562						
Realizável a longo prazo	8.763	11.146						
Instrumentos financeiros	728	226				13.174	(13.174)	-
Contas a receber	728	226				-	-	-
Outros créditos	8.763	11.146						
Ativos fiscais diferidos	7.608	10.020		925	-	-	-	925
Despesas antecipadas	407	881		-	-	-	-	-
Outros ativos	20	19		-	-	-	-	-
Imobilizado de uso	419	437						
Instalações, móveis e equipamentos de uso	597	509		-	930	-	(930)	-
(-) Depreciação acumulada	(178)	(72)		-	-	-	-	-
Intangível	10.488	7.979						
Ativos intangíveis	14.302	8.556		-	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada	(3.814)	(877)		-	-	-	-	-
Total do ativo	132.548	92.071						
PASSIVO								
Circulante	40.418	15.415						
Outras obrigações	40.418	15.415						
Impostos e contribuições a recolher	17.202	1.199						
Provisão para pagamentos a efetuar	11.285	12.660						
Dividendos e jscp a pagar	4.478	-						
Fornecedores	4.267	715						
Obrigações sociais e estatutárias	3.182	836						
Outros passivos	4	5						
Não circulante	408	15.480						
Outras obrigações	408	15.480						
Provisão para pagamentos a efetuar	308	132						
Contas a pagar	100	15.348						
Patrimônio líquido	91.722	61.176						
Capital social	75.728	75.728						
Reserva de capital	1.890	965						
Reserva legal	930	-						
Reserva de lucros para investimentos	13.174	-						
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(15.517)						
Total do passivo e patrimônio líquido	132.548	92.071						
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE								
	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em					
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021					
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	38.237	34.114	(6.516)					
Resultado abrangente do período	38.237	34.114	(6.516)					
DIRETORIA								
Breno Rolindo Lara Moreira - Diretor	Alexandre Brandão Lustosa - Diretor							
Camila Del Poente - Contadora - CRC - 1SP-290887/O-8								

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais	96.109	164.281	110.821
Receita de prestação de serviços	96.109	164.281	110.821
Resultado bruto da intermediação financeira	6.617	2.171	(9.725)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.904	3.253	472
(-) Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	(4.713)	(1.082)	(10.197)
Outras receitas (despesas) operacionais	(44.314)	(114.143)	(115.027)
Custo dos serviços prestados	(19.864)	(64.662)	(91.144)
Despesas de pessoal	(22.511)	(40.943)	(23.126)
Despesas administrativas	(985)	(3.118)	(8.131)
Depreciação e amortização	(2.145)	(3.043)	(920)
Despesas de provisões	-	(104)	36
Outras receitas operacionais	1.266	2.067	8.314
Outras despesas operacionais	(75)	(4.340)	(56)
Resultado operacional	58.412	52.309	(13.931)
Resultado não operacional	(333)	(333)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	58.079	51.976	(13.931)
IRPJ e CSLL	(19.842)	(17.848)	8.963
IRPJ e CSLL correntes	(15.355)	(15.436)	6.603
IRPJ e CSLL diferidos	(4.487)	(2.412)	2.360
Participações no lucro	-	(14)	(1.548)
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	38.237	34.114	(6.516)
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação básico (R\$)	0,30	0,27	(0,05)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) do período	38.237	34.114	(6.516)
Ajustes ao lucro (prejuízo):	(1.322)	4.762	1.345
Depreciação e amortização	2.145	3.043	920
IRPJ e CSLL diferidos	2.412	2.412	(10.020)
Receitas financeiras, líquidas	(1.756)	(2.700)	(231)
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	(4.713)	1.082	10.197
Pagamento baseado em ações	590	925	479
Variações nos ativos e passivos	(186)	378	(21.305)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.731	2.674	252
Rendas a receber	(6.243)	595	(41.449)
Outros créditos	(7.373)	(9.580)	(1.001)
Despesas antecipadas	(3.837)	1.127	(7.152)
Obrigações sociais e estatutárias	2.398	2.431	665
Impostos e contribuições a recolher	21.179	18.922	2.534
Outros passivos	(5.208)	(12.872)	27.208
IRPJ e CSLL pagos	(2.833)	(2.919)	(2.362)
Caixa líquido das atividades operacionais	36.729	39.254	(26.476)
Aquisição de imobilizado	(88)	(88)	(435)
Aquisição de ativos intangíveis	(3.702)	(5.446)	(4.828)
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.790)	(5.534)	(5.263)
Aumento de capital	-	-	59.772
Juros sobre o capital próprio pagos	(100)	(100)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(100)	(100)	59.772
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	32.839	33.620	28.033
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	33.860	33.079	5.046
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	66.699	66.699	33.079
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	32.839	33.620	28.033

As demonstrações financeiras na íntegra da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A., devidamente auditada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como Notas Explicativas e Parecer do Auditor foram publicadas na versão digital do jornal Data Mercantil.

Fariapar S/A

CNPJ/MF nº 20.504.508/0001-34

Balanço levantado em: 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)			
	2022	2022	2022
Ativo			
Circulante	2.411.776,90	2.485,71	2.485,71
Disponível	1.599.896,17	2.485,71	2.485,71
Caixa/Bancos	236,15	-	-
Aplicações	1.599.660,02	-	-
Realizável	811.880,73	578.759.583,17	578.759.583,17
Impostos Recuperáveis	811.460,73	370.000.000,00	370.000.000,00
Estoques	420,00	580.571,03	580.571,03
Não Circulante	576.350.291,98	208.179.012,14	208.179.012,14
Realizável a Longo Prazo	576.350.291,98	578.762.068,88	578.762.068,88
Depósitos Judiciais	-	-	-
Investimentos	576.347.491,98	2.800,00	2.800,00
Part.em Outras Empresas	576.347.491,98	2.800,00	2.800,00
Intangível	2.800,00	111.583.110,31	111.583.110,31
Marcas e Patentes	2.800,00	111.583.110,31	111.583.110,31
Total do Ativo	578.762.068,88	111.583.110,31	111.583.110,31
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do Exercício	370.000.000,00	99.856.475,99	469.856.475,99
Dividendos Distribuídos	-	3.169.969,05	3.169.969,05
Lucro Líquido do Exercício	370.000.000,00	112.073.076,23	112.073.076,23
Saldo em 31/12/2021	370.000.000,00	208.759.583,17	578.759.583,17
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA para o exercício findo em 31/12/2022 (Em Reais)			
	2022	2022	2022
Atividade Operacionais:			
(+) Pagamento a Fornecedores de estoque (5.316,10)			
(-) Pagamento de impostos sobre vendas (48.572,79)			
(-) Pagamento de despesas com vendas e administrativas (16.282,04)			
(-) Pagamento de despesas financeiras (451,53)			
(+) Recebimento de receitas financeiras 350.150,95			
(+) Dividendos recebidos de sociedades investidas 489.965,92			
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social (87.554,44)			
(=) Fluxo de caixa das atividades operacionais	681.939,97	3.169.969,05	3.169.969,05
Atividades de financiamentos:			
(-) Dividendos pagos (3.169.969,05)			
(=) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(3.169.969,05)	(3.169.969,05)	(3.169.969,05)
(-) Diminuição líquida de caixa (2.488.029,08)			
(+) Caixa no início do período 4.087.925,25			
(=) Caixa no fim do período	1.599.896,17	1.599.896,17	1.599.896,17
Reconciliação do lucro líquido do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro Líquido do período	112.073.076,23		
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:			
(-) Resultado de equivalência patrimonial (Lucro) (111.3			

Publicidade Legal

TAM AVIAÇÃO EXECUTIVA		TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16				
Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)						
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	67.914	44.806	Fornecedores	18.216	13.580	
Contas a receber	18.338	29.806	Empréstimos e financiamentos	4.520	4.373	
Estoques	24.205	23.612	Obrigações trabalhistas	13.036	11.364	
Créditos tributários	835	2.297	Adiantamentos de clientes	8.534	22.072	
Demais contas a receber	3.144	4.634	JCP a pagar	2.681	–	
	114.436	105.155	Dividendos a pagar	2.306	–	
Não circulante			Tributos a recolher	1.711	2.258	
Tributos diferidos sobre o lucro	4.650	4.436	Impostos parcelados	1.927	2.001	
Depósitos judiciais	3.852	3.625		52.931	55.648	
Demais contas a receber	101	140	Não circulante			
Partes relacionadas	656	6	Contas a pagar	–	24	
	9.259	8.207	Empréstimos e financiamentos	9.509	13.843	
Imobilizado	11.806	13.129	Impostos parcelados	1.383	3.114	
Intangível	2.355	292	Provisão para demandas judiciais	3.933	3.695	
	14.161	13.421		14.825	20.676	
Total do ativo	137.856	126.783	Patrimônio líquido			
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>						
Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021		2022	2021	
Receita líquida de vendas e serviços	231.780	165.669	Lucro líquido do exercício	25.358	3.855	
Custos das vendas e dos serviços prestados	(167.205)	(118.538)	Outros resultados abrangentes	–	–	
Lucro bruto	64.575	47.131	Total do resultado abrangente	25.358	3.855	
Despesas com vendas	(17.375)	(13.100)	<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			
Despesas gerais e administrativas	(17.582)	(16.502)		2022	2021	
Outras despesas líquidas	(911)	(12.304)	Tributos sobre o lucro	(7.339)	(2.250)	
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	28.707	5.225	Lucro líquido do exercício	25.358	3.855	
Receitas financeiras	7.065	1.919	Ações no final do exercício (em milhares)	21.203	21.203	
Despesas financeiras	(3.145)	(2.745)	Lucro por ação do capital social no fim do exercício – em R\$	1,20	0,18	
Variações cambiais, líquidas	70	1.706	<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			
Resultado financeiro líquido	3.990	880		2022	2021	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	32.697	6.105	Amortização de empréstimos (Principal)	(4.353)	(1.428)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	54.820	1.296	–	–	(8.216)	47.900
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.855	3.855
Encerramento da controlada no exterior	–	(1.296)	–	–	–	(1.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.820	–	–	–	(4.361)	50.459
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	25.358	25.358
Reserva legal	–	–	1.050	–	–	1.050
Reserva para Investimento	–	–	–	14.230	–	14.230
Distribuição das Reservas	–	–	–	–	(15.280)	(15.280)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(3.411)	(3.411)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(2.306)	(2.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.820	–	1.050	14.230	–	70.100
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>						
Leonardo Rosendo Fiuza – Diretor Presidente			Raquel Hoshiba Campos – Diretora Financeira	Sandra Cristina B. G. de Oliveira – Contadora CRC 1SP 276.433/O-5		
<i>As Demonstrações Financeiras completas bem como os documentos elencados na Lei 6.404/76, estão à disposição dos Srs. Acionistas na Sede da Companhia.</i>						

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,1248 / R\$ 5,1254 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0950 / R\$ 5,0970 *
Turismo - R\$ 5,2000 /
R\$ 5,3020
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,74%

OURO BM&F
R\$ 320,00

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,89%
Pontos: 103.713
Volume financeiro:
R\$ 23,950 bilhões
Maiores altas: Rede D'OR
ON (8,96%), CVC Brasil
ON (8,28%), Dexco ON
(8,57%)
Maiores baixas: Grupo
Natura ON (-2,08%),
Minerva ON (-2,02%),
Hypera ON (-1,89%)
S&P 500 (Nova York):
0,57%

Dow Jones (Nova York):
0,43%
Nasdaq (Nova York):
0,73%
CAC 40 (Paris): 1,06%
Dax 30 (Frankfurt):
1,26%
Financial 100 (Londres):
0,74%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,36%
Hang Seng (Hong Kong):
0,58%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,65%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,81%
Merval (Buenos Aires):
1,02%
IPC (México): 0,59%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Agosto 2022: -0,36%
Setembro 2022: -0,29%
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%

Fazenda Mocoim Participações S/A CNPJ/MF nº 16.464.770/0001-25	
Balancos Patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)	
Ativo	2022 2021
Circulante	2.075.556,02 2.155.556,02
Caixa e equivalentes de caixa	1,61 1,61
Estoques	2.075.554,41 2.155.554,41
Não Circulante	22.500,00 22.500,00
Imobilizado	– 22.500,00
Total do Ativo	2.098.056,02 2.178.056,02
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto Para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)	
	2022 2021
1- Atividades Operacionais	2022 2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(49.317,61) (9.397,79)
Ajustes	
Lucro líquidos do exercício ajustado	(49.317,61) (9.397,79)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes	
(Aumento) redução em Estoques	80.000,00 –
Aumento (redução) em Contas a pagar	22,50 61,50
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.704,89 (9.336,29)
2. Atividades de Investimentos	
Imobilizado	– (22.500,00)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	– (22.500,00)
3- Atividades de Financiamentos	
Empréstimos dos acionistas	(30.704,89) 31.836,29
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(30.704,89) 31.836,29
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	1,61 1,61
Saldo inicial das disponibilidades	1,61 1,61
Saldo final das disponibilidades	– –
Variação do caixa e equivalentes	– –
<i>Anna Cecilia Boranga Junqueira – Diretora</i> <i>Antonio Carlos Lanna Ferreira – CT-CRC nº 1SP 171.162/O-5</i>	

Fazenda Santa Cecilia Participações S/A CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99	
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores Expressos em Reais – R\$)	
Ativo	31/12/2022 31/12/2021
Circulante	1.045.765,22 1.153.305,35
Caixa e equivalentes de caixa	841,83 9.693,60
Estoques	1.044.786,80 1.044.786,80
Outros créditos	136,59 98.824,95
Não circulante	– –
Realizável a longo prazo	– –
Permanente	– –
Total do Ativo	1.045.765,22 1.153.305,35
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Valores Expressos em Reais – R\$)	
	31/12/2022 31/12/2021
Atividades Operacionais	31/12/2022 31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.967,58) (10.965,82)
Ajustes: (+) Atualização contas a receber	– –
Lucro líquidos do exercício ajustado	(4.967,58) (10.965,82)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes	
(Aumento) redução em Impostos a recuperar	36,99 (173,58)
Aumento (redução) em Contas a pagar	930,00 (940,50)
Aumento (redução) em Tributos a recolher	(88,12) 53,31
Aumento (redução) em IRPJ e CSLL a recolher	1.399,73 1.007,00
Aumento (redução) em Passivos fiscais diferidos	(413,56) (6.094,26)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(3.102,54) (17.113,85)
<i>Anna Cecilia Boranga Junqueira – Diretora</i> <i>Antonio Carlos Lanna Ferreira – CT-CRC – nº 1SP 171161/O-5</i>	

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br



BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos. Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações. O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de

captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a "Basileia" em um horizonte de 5 anos. O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas. **Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.** Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. **Risco de Crédito:** O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. **Gerenciamento de Capital:** O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. **Ouvvidoria:** Foi instituído o componente organizacional de Ouvvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
	2022	2021
Ativo		
Disponibilidades (nota 4)	657	207
Instrumentos financeiros	285.950	456.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	79.105	292.353
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	3.072	-
Relações interfinanceiras (nota 7)	203.773	164.526
Outros instrumentos financeiros	17.927	17.585
Outros créditos (nota 8)	17.927	17.585
Investimentos	5.450	5.146
Participação em controlada no país (nota 9)	5.445	5.141
Outros investimentos	5	5
Imobilizado (nota 10)	42	22
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	158	125
	(116)	(103)
Total do Ativo	310.026	479.839

Passivo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	242.478	413.313
Depósitos (nota 11)	172.468	413.311
Obrigações por operações compromissadas (nota 11)	70.008	-
Relações interdependências	2	2
Outros passivos (nota 12)	35.283	38.438
Cobrança e arrecadação de tributos	183	7
Sociais e estatutárias	373	297
Fiscais e previdenciárias (nota 14)	18.431	14.571
Pagamento a fornecedor	15.548	17.846
Diversas	748	5.717
Patrimônio líquido (nota 16)	32.265	28.088
Capital de domiciliado no país	99.738	93.738
Reservas	8.310	8.310
Prejuízos acumulados	(75.783)	(73.960)
Total do Passivo	310.026	479.839

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)			
	2º Semestre		Exercícios
	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	13.745	23.183	11.144
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	13.745	23.183	11.144
Despesas da intermediação financeira	(19.330)	(33.492)	(14.301)
Operações de captação no mercado	(19.330)	(33.492)	(14.301)
Resultado bruto da intermediação financeira	(5.585)	(10.309)	(3.157)
Outras receitas operacionais	14.384	25.378	9.567
Receitas de prestação de serviços (nota 17)	13.827	24.084	8.852
Resultado de participação em controladas (nota 9)	182	305	(50)
Outras receitas operacionais (nota 19)	375	989	765
Outras despesas operacionais	(8.768)	(16.556)	(13.244)
Despesas de pessoal	(2.378)	(4.696)	(3.436)
Outras despesas operacionais (nota 20)	(2.046)	(3.767)	(2.596)
Outras despesas administrativas (nota 18)	(3.670)	(6.936)	(6.786)
Despesas tributárias	(674)	(1.157)	(426)
Resultado operacional	31	(1.487)	(6.834)
Resultado não operacional	-	(1)	(25)
Resultado antes da tributação	31	(1.488)	(6.859)
Imposto de renda e contribuição social (nota 13)	(309)	(335)	-
Provisão de IRPJ e CSLL	(309)	(335)	-
Prejuízo do semestre/exercícios	(278)	(1.823)	(6.859)
Prejuízo por lote de mil ações – R\$	(0,07)	(0,45)	(1,80)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		de capital	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	93.738	543	7.767	74	(67.101)	35.021
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.859)	(6.859)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(74)	-	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.738	543	7.767	-	(73.960)	28.088
Aumento de capital	6.000	-	-	-	-	6.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.823)	(1.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	99.738	543	7.767	-	(75.783)	32.265
Aumento de capital	6.000	-	-	-	-	6.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(278)	(278)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	99.738	543	7.767	-	(75.783)	32.265

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 21. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), moeda funcional do Banco.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado e líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. **e) Outros créditos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos. **f) Investimentos:** Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **h) Valor recuperável de ativos:** A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **i) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou

possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Em 28 de abril de 2022, foi publicado a medida provisória nº 1.115 que determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21%, no caso do banco, e 16% para DTVM. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de agosto a dezembro de 2022. **k) Estimativas contábeis:** A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **l) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo do Banco no exercício de 2022, no montante de R\$ 1.823 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
	2022	2021
Disponibilidades	657	207
Aplicações em operações compromissadas (*)	70.543	27.592
	71.200	27.799

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, somente os montantes de aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
	2022	2021
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a)	73.008	286.293
Letras do tesouro nacional	3.000	-
Letras financeiras do tesouro	20.000	20.000
Notas do tesouro nacional	50.008	266.293
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.097	6.060
Certificados de depósito interfinanceiro (b)	6.097	6.060
	79.105	292.353

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas, possuem rendimentos pré de 13,65% a.a (2021 – pré de 9,15%), com vencimentos entre 02/01/2023 a 23/02/2023 (2021 – 15/08/2022 a 15/05/2025). (b) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem vencimento até 180 dias.

6. Títulos e Valores Mobiliários – Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

Títulos para negociação:	2022			Ajuste valor de mercado
	Valor de Custo Atualizado	Até 360 dias	Após 360 dias	
Letras do Tesouro Nacional (*)	3.045	-	3.072	3.072
	3.045	-	3.072	3.072

Rendimentos contratados dos papéis: (*) Possui rendimentos indexados à taxa pré fixada de 14,33% ao ano em 2022. Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7. Relações Interfinanceiras		
	2022	2021
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	203.641	162.822
Créditos vinculados	77	57
Correspondentes	55	1.647
Total	203.773	164.526
Curto prazo	203.773	164.526

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2º Semestre		Exercícios
	2022	2022	2021
Prejuízo do semestre/exercícios	(278)	(1.823)	(6.859)
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	-	-	(74)
Resultados abrangentes do semestre/exercícios	(278)	(1.823)	(6.933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2º Semestre		Exercícios
	2022	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre/exercícios	1.165	680	(8.671)
Prejuízo do semestre/exercícios	(278)	(1.823)	(6.859)
Ajustes ao prejuízo do semestre/exercícios			
Depreciações e amortizações	8	14	11
Resultado de participação em controlada	(182)	(305)	50
Provisões (reversões) para riscos	1.617	2.794	(1.873)
Varição em Ativos e Passivos Operacionais – (Aumento) Diminuição	(58.427)	36.753	20.274
Aumento das aplicações em operações compromissadas	102.081	256.236	17.007
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	(38.938)	(36)	(1.050)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(3.072)	(3.072)	2.266
(Redução) aumento de depósitos	(23.977)	(240.843)	51.597
(Aumento) obrigações por operações compromissadas	(50.489)	70.008	-
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(39.661)	(39.248)	(58.836)
(Aumento) redução de outros créditos	(267)	(342)	134
Aumento de outros valores e bens	-	-	1.920
(Redução) aumento de outras obrigações	(4.104)	(5.950)	7.236
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(57.262)	37.433	11.603
Alienação (aquisição) de imobilizado	(26)	(32)	(5)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(26)	(32)	(5)
Aumento de capital	6.000	6.000	-
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	6.000	6.000	-
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(51.288)	43.401	11.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	122.488	27.799	16.201
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	71.200	71.200	27.799
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(51.288)	43.401	11.598

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto,

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP 027.685/O-0 "F" SP

Luciana Liberal Sâmia

Contadora – CRC 1SP 198.502/O-8



J.A. Faria Administração e Participações S/A

CNPJ/MF nº 20.504.523/0001-82



Balanco levantado em: 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)		Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31/12/2022	
Ativo	2022	Passivo	2022
Circulante	2.402,77	Circulante	3.234,11
Disponível	1.970,89	Debitos de Financiamento	3.218,13
Caixa/Bancos	1.970,89	Fornecedores	3.218,13
Realizável	431,88	Debitos de Funcionamento	15,98
Impostos Recuperáveis	431,88	Obrigações Trabalhistas	-
Não Circulante	10.847.730,24	Obrigações Tributárias	15,98
Realizável a Longo Prazo	-	Não Circulante	-
Imobilizado	199.798,24	Patrimonio Liquido	10.846.898,90
Maquinas e Eqtos.	199.798,24	Capital Social	10.660.000,00
Prédios	10.645.132,00	Reservas de Capital	828.000,00
Intangível	2.800,00	Reservas de Lucros	(641.101,10)
Marcas e Patentes	2.800,00	Compensações Passivas	-
Total do Ativo	10.850.133,01	Total do Passivo	10.850.133,01
Demonstração do Resultado do Exercício		Demonstração de Lucros e Mutações do Patrimônio	
Vendas Brutas	2022	Saldo da Conta Reserva de Lucro em 2021	(547.524,45)
Receita Líquida	-	Prejuízo Líquido Verificado no Exercício	(93.576,65)
Lucro Bruto	-	Dividendos Distribuídos	-
- Despesas	-	Saldo Final do Exercício	(641.101,10)
Custo Operacional	(93.184,11)	Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022	
Despesas Financeiras	(392,76)	Prejuízo Líquido do Exercício	(93.576,65)
+ Receitas	0,22	Resultado Abrangente Total	(93.576,65)
Rendas Financeiras	0,22	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em 31/12/2022	
Lucro Operacional	(93.576,65)	Capital Social	Reservas
Lucro Antes CSSL	(93.576,65)	10.660.000,00	(11.324,45)
Resultado do Período	(93.576,65)	Reservas de Capital	291.800,00
		Prejuízo Líquido do Exercício	(93.576,65)
		Saldo em 31/12/2022	186.898,90
		Total	10.846.898,90

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco, somando a importância de R\$ 10.850.133,01, bem como o Demonstrativo de Resultados do Período de 31/12/2022 ratificando o Prejuízo Líquido de -93.576,65. São Paulo-SP 31 de Dezembro de 2022

Jose Antonio do Carmo Faria

Diretor Presidente

Silvio Simoni – Contador CRC 1SP112556/O-2

Visa faz oferta de US\$ 1,4 bilhão pela Pismo

Pouco ativa em M&As no Brasil, a americana Visa encontrou um ativo que pode mudar essa estratégia. A companhia fez uma proposta de aquisição da brasileira Pismo, plataforma de processamento de serviços bancários e pagamentos em nuvem, e disputa o negócio com ao menos mais um interessado, apurou o Pipeline.

Essa já é a segunda oferta da Visa pela Pismo, já que a primeira foi recusada pelos sócios da plataforma. A Visa tinha oferecido US\$ 1 bilhão pelo negócio e subiu a proposta para US\$ 1,4 bilhão (cerca de R\$ 7,3 bilhões no câmbio atual), disseram duas fontes.

Investida da Amazon e Softbank, a Pismo vem seguindo um caminho de expansão global, com operações mais recentes em Cingapura e Índia. No Brasil, a companhia é a infraestrutura em nuvem de bancos como Itaú,

BTG+, a plataforma de varejo do Pactual, e parte da operação do Citi, além da B3 e de fintechs como o alemão N26.

A plataforma processa 74 milhões de contas, número que é 30% maior do que seis meses atrás, e 38 milhões de cartões. A companhia foi fundada por Ricardo Josua, hoje CEO, por Juliana Motta, que é a chefe de produtos (CPO), Daniela Binatti, que comanda a tecnologia (CTO) e pelo vice-presidente de engenharia Marcelo Parise.

A aproximação da Visa não é repentina. Além da relação comercial com a Pismo, a americana já conhecia bem uma outra empresa em que Josua foi cofundador. A Conductor (depois rebatizada de Dock), foi a primeira aquisição de participação minoritária feita pela Visa no Brasil, numa transação em 2018, quando ele já tinha saído para montar a Pismo. Pipeline Valor

BRMalls e Aliansce Sonae criam um gigante em shoppings. Mas o apetite ainda não acabou

Em abril do ano passado, após diversas idas e vindas, com direito a troca de farpas, a Aliansce Sonae conseguiu convencer a BRMalls e fechou um acordo para unir as duas operações, criando o maior nome do segmento de shopping centers da América Latina.

Mesmo após realizar uma das maiores transações do setor, a companhia não desligou seus radares. O maior foco agora é a unificação e captura de sinergias dessa operação, mas a companhia não pretende abandonar esse perfil consolidador.

No entanto, caso volte às compras, a companhia não planeja fazer movimentos tão grandes, como foi o caso da própria BRMalls ou a união entre a então Aliansce

com a Sonae Sierra Brasil, em 2019.

“Seguimos sendo um potencial consolidador do mercado e vamos continuar avaliando medidas para consolidar, mas de uma forma que não tenha um impacto tão relevante”, disse o CEO Rafael Sales na teleconferência de resultados do quarto trimestre, nesta sexta-feira, dia 24 de março.

Segundo ele, a ideia é olhar ativos pontuais e de qualidade. “Vamos olhar para shoppings dominantes, em cidades e áreas urbanas, que sejam o melhor destino para os consumidores”, complementou. Segundo o executivo, a decisão por um eventual novo acordo dependerá das oportunidades que surgirem, considerando o tamanho que a companhia

atingiu, com mais de R\$ 40 bilhões de vendas totais, 62 shoppings e mais de 11 mil lojas.

“A necessidade de consolidação é menor, porque somando lojas relevantes das principais marcas brasileiras, temos pelo menos o dobro de número de operações do que a somatória dos dois maiores concorrentes”, afirmou Sales.

Para 2023, a prioridade segue sendo a integração com a BRMalls. A companhia revisou as expectativas das sinergias anuais de R\$ 160 milhões para uma faixa de R\$ 180 milhões a R\$ 210 milhões. O valor envolve a parte operacional, visto que a sinergia financeira de R\$ 50 milhões estimada em janeiro foi capturada por medidas de gestão de passivo. Biznews



Negócios

Coca-Cola Andina vai investir em fábrica de cerveja, dando escala à Therezópolis



A Coca-Cola Andina – uma das maiores engarrafadoras da Coca do Brasil – vai investir numa nova fábrica de cervejas e aumentar em 15x a capacidade produtiva da Therezópolis, a cervejaria que ela comprou junto com a Coca-Cola Femsa no final de 2021, pessoas a par do assunto disseram ao Brazil Journal.

O investimento é mais um passo da Coca-Cola em direção ao mercado de cerveja, e sugere que outras engarrafadoras do Sistema Coca-Cola também podem ser autorizadas a investir em capacidade etílica – o que até recentemente era um tabu em Atlanta.

A primeira fase da nova fábrica, que vai demandar

um capex de R\$ 450 milhões, deve ficar pronta no final de 2024 e terá capacidade produtiva de 750 mil hectolitros por ano, segundo essas fontes.

A partir de 2027, a Andina planeja expandir esse parque fabril para 1,2 milhão de hectolitros/ano, e, a partir de 2030, para 2 milhões de hectolitros/ano.

Para efeito de comparação, a Heineken produz 50-60 milhões de hectolitros por ano no Brasil, enquanto a Ambev produz mais de 100 milhões.

Além de produzir a marca Therezópolis, a nova fábrica também vai atender parceiros estratégicos da Andina no setor de cervejas, disseram as fontes. Hoje, por exemplo, a engarrafadora faz a distri-

buição da Estrella Galicia no Brasil.

A Andina está no processo de avaliar questões logísticas e fiscais para decidir onde a fábrica será instalada. As opções na mesa são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais – locais onde a companhia já tem grande presença.

O investimento da Andina na Therezópolis deve ter repercussões no mercado cervejeiro brasileiro, que há décadas não ganha um competidor de peso e que é amplamente dominado pela Ambev e a Heineken – e, em menor medida, pela Petrópolis, que vem sofrendo nos últimos anos.

Brazil Journal

Fugini faz recall de maionese após Anvisa encontrar falhas graves em fábrica



A Fugini anunciou na quinta-feira (30) um recall dos lotes de maionese após uma vistoria da Anvisa constatar a presença de urucum vencido na fabricação do produto.

A Folha de S.Paulo confirmou junto à empresa que o recall está sendo feito em todos os lotes de maionese fabricados entre 1º de janeiro e 21 de março de 2023, e nos lotes com numeração iniciada por 354, fabricados entre 20 e 31 de dezembro de 2022. A validade dos lotes vai de dezembro de 2023 a março de 2024.

Em comunicado, a Fugini afirmou que houve um “erro operacional” e foi adicionado urucum vencido. O ingrediente representa 0,003% da formulação e não representa

AliExpress volta a ser alvo do Conar por propaganda com foto de arma

O Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) recomendou à gigante chinesa de vendas online AliExpress a suspensão de um anúncio que exibiu um adesivo com foto de arma.

Em julho do ano passado, o órgão tomou a mesma decisão em um caso semelhante também no AliExpress.

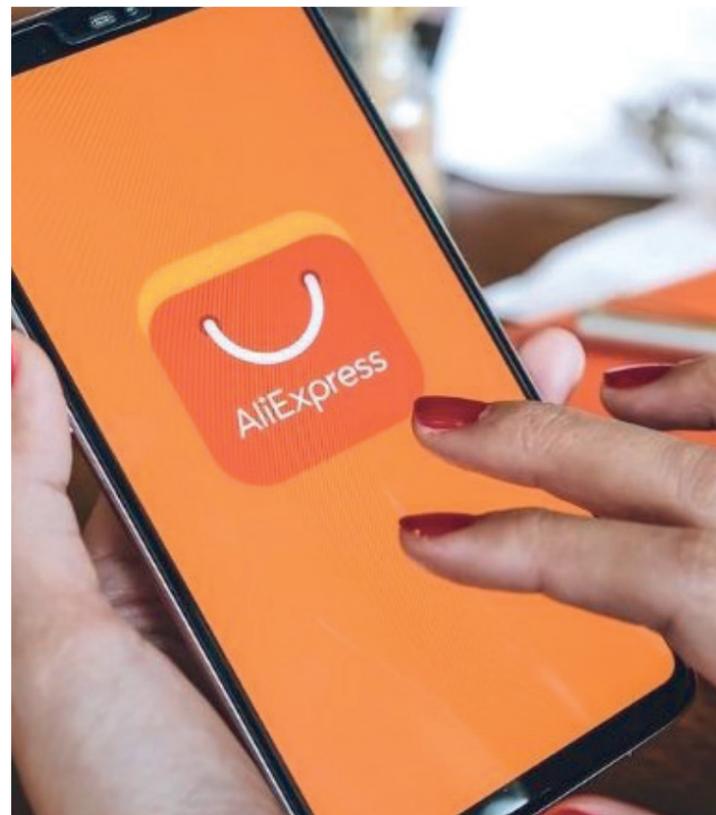
Assim como na denúncia anterior, o relator considerou que a propaganda não deixava

claro que se tratava de um adesivo e não de uma arma real.

Conforme aponta o Conar, em sua defesa, a empresa afirmou ter havido uma falha na categorização do produto, que já foi corrigida.

Procurado pelo Painel S.A., o AliExpress disse que “respeita as regulamentações locais e categoriza quais itens podem ser oferecidos em cada mercado em que atua, de acordo com a legislação específica de cada país”.

Joana Cunha/Folhapress



perigo à saúde, segundo a empresa. Em seu site oficial, a Fugini diz vender maionese em cinco tipos diferentes de embalagens, de 180 gramas a 1,7 kg.

O serviço de atendimento ao cliente recomendou aos consumidores que enviem fotos do produto, que estejam visíveis a numeração do lote e a data de fabricação e de validade. Caso o cliente não queira a troca do produto, a devolução do dinheiro será feita por transferência bancária ou via Pix, meio pelo qual a empresa solicita que seja enviada a chave para a transferência do valor. O cliente pode procurar o SAC por e-mail (sac@fugini.com.br), telefone (0800 702 4337) e perfis no Facebook e Instagram ou preencher o for-

mulário no site da empresa.

Na segunda-feira (27), a Anvisa anunciou a suspensão da fabricação, comercialização, distribuição e uso de todos os alimentos da marca Fugini. A decisão foi tomada após vistoria sanitária na fábrica da empresa em Monte Alto (SP).

A medida é válida apenas para os produtos em estoque e foi tomada preventivamente. Segundo a agência, a vistoria constatou “falhas graves de boas práticas de fabricação relacionadas à higiene, controle de qualidade e segurança das matérias-primas, controle de pragas e rastreabilidade” que podem impactar na “qualidade e segurança do produto final”.

Fernando Narazaki/Folhapress